



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**



THOMAS DA COSTA

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL FORA DO CÂNONE:
apontamentos de classe e raça no pensamento social brasileiro**

Campinas
2021



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA



THOMAS DA COSTA

**FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL FORA DO CÂNONE:
apontamentos de classe e raça no pensamento social brasileiro**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do Ms. Nathan Barbosa dos Santos.

Campinas
2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

C823f Costa, Thomas da, 1992-
Formação econômica do Brasil fora do cânone : apontamentos de classe e raça no pensamento social brasileiro / Thomas da Costa. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Nathan Barbosa dos Santos.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Moura, Clóvis, 1925-2003. 2. Furtado, Celso, 1920-2004. 3. Prado Junior, Caio, 1907-1990. 4. Raças. 5. Brasil - Condições econômicas. I. Santos, Nathan Barbosa dos, 1992-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Título em outro idioma: Economic formation of Brazil outside the canon: notes of class and race in brazilian social thinking

Palavras-chave em inglês:

Moura, Clóvis, 1925-2003

Furtado, Celso, 1920-2004

Prado Junior, Caio, 1907-1990

Race

Brazil - Economic conditions

Titulação: Bacharel em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

Nathan Barbosa dos Santos [Orientador]

Jaime Ernesto Winter Hughes León

Data de entrega do trabalho definitivo: 07-12-2021

THOMAS DA COSTA

FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL FORA DO CÂNONE:

apontamentos de classe e raça no pensamento social brasileiro

Monografia apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Data de aprovação: ____ / ____ / ____

Banca Examinadora

Ms. Nathan Barbosa dos Santos – Presidente da banca

Universidade Estadual de Campinas

Prof(a). Dr(a). Jaime Ernesto Winter Hughes León – Docente convidado

Universidade Federal do Rio de Janeiro

DEDICATÓRIA

Esta monografia é inteiramente dedicada ao meu falecido pai, João Costa. Meu maior incentivador, cujo esforço, trabalho e dedicação me permitiram não apenas sonhar, mas ingressar, cursar e concluir minha graduação em uma universidade pública. Ao meu pai que, sem dúvidas, se orgulharia deste momento como ninguém mais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família pelo apoio incondicional. Mesmo diante das maiores dificuldades, o suporte e o incentivo da minha mãe, Ana Maria, do meu irmão, Bruno, e da querida Victória me trouxeram até o final dessa longa jornada.

Agradeço muito ao meu professor e orientador, Nathan, por toda assistência e, principalmente, pela paciência que teve ao longo de dois anos de desenvolvimento deste trabalho. Agradeço enormemente pela compreensão e pelo tato ao entender não só o momento difícil pelo qual todos passamos, mas pelos problemas pessoais que tanto prejudicaram o andamento desta monografia. Não tenho a menor dúvida de que a melhor decisão que eu tomei nesses sete anos de graduação foi pedir a sua orientação.

Por fim, estendo meus agradecimentos aos professores, funcionários e colegas de graduação do IE/UNICAMP.

RESUMO

DA COSTA, Thomas. **Formação econômica do Brasil fora do cânone:** apontamentos de classe e raça no pensamento social brasileiro. Orientador: Ms. Nathan Barbosa dos Santos. Ano: 2021. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

A presente monografia propõe, além de uma revisão bibliográfica e um recorte da contribuição de Caio Prado Júnior e Celso Furtado na compreensão da formação econômica do Brasil, relocalizar as relações raciais em sua materialidade na sociedade. Sem descartar ou desqualificar qualquer contribuição, busca-se uma incursão na historiografia da formação econômica do Brasil, com o objetivo de apreender a realidade através do materialismo histórico-dialético. A partir do trabalho de Clóvis Moura, são compreendidos os dilemas de formação do nosso sistema econômico nacional sob uma perspectiva marxista de totalidade, incluindo fatores estruturais e centrais que completam e expandem o escopo de Celso Furtado e Caio Prado Jr, autores importantes e consagrados junto a tradição de formação econômica do Brasil.

Palavras-chave: Formação econômica; Clóvis Moura; Celso Furtado; Caio Prado Jr.; Raça; história do trabalho.

ABSTRACT

DA COSTA, Thomas. **Economic formation of Brazil outside the canon:** notes of class and race in brazilian social thinking. Supervisor: Nathan Barbosa dos Santos M.. Year: 2021. Undergraduate thesis (Bachelor's degree in Economics) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

This undergraduate thesis proposes, in addition to a bibliographical review and an excerpt of the contributions from Caio Prado Júnior and Celso Furtado in understanding the economic formation of Brazil, to relocate racial relations in their materiality in society. Without discarding or disqualifying any contribution, an incursion into the historiography of the economic formation in Brazil is sought, aiming to understand reality through historical-dialectical materialism. Based on the work of Clóvis Moura, the dilemmas of the formation of our national economic system are discussed from a marxist perspective of totality, including structural and central factors that complete and expand the scope of Celso Furtado and Caio Prado Jr, important and renowned authors in the field of economic formation in Brazil.

Keywords: Economic formation; Clóvis Moura; Celso Furtado; Caio Prado Jr.; Raça; history of work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 AS INTERPRETAÇÕES DE CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO: UMA SÍNTESE DA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA	13
1.1 CAIO PRADO JÚNIOR E FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO	13
1.2 CELSO FURTADO E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	21
2 TRABALHO E RAÇA NO CÂNONE	27
2.1 O SENTIDO DA MODERNIDADE: A RAÇA COMO OBSTÁCULO À CIVILIZAÇÃO NO BRASIL	28
2.2 O TRADE-OFF IMPOSSÍVEL: ASSALARIAMENTO E O EX-ESCRAVIZADO EM FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL	32
3 A CONTRIBUIÇÃO DE CLÓVIS MOURA	36
3.1 RACISMO COMO MÉTODO	38
3.2 REPÚBLICA DE PALMARES, QUILOMBAGEM E A HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL	41
CONCLUSÃO	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55

INTRODUÇÃO

Rebeliões da Senzala, obra de Clóvis Moura publicada originalmente em 1959, foi uma tentativa pioneira e sistemática de apresentar a luta do negro escravizado no Brasil. Esse esforço de compreensão teórica das lutas do povo brasileiro derivou do entendimento de que a história do povo se confunde com a história do trabalho. Para Clóvis Moura, essa história, no Brasil, é indissociável da escravidão e da luta dos escravizados pela liberdade. (apud RUY, 1995, p. 51). Partindo da compreensão de que a história do trabalho ainda não fora escrita, o autor foi o responsável pela elaboração da obra brasileira de maior fôlego a tratar história dos negros, indígenas e mestiços no Brasil, oprimidos pela colonização e pela escravidão e, em seguida, pelo capitalismo e pelo imperialismo, como a história do povo brasileiro. *Rebeliões da Senzala* é uma interpretação marxista da escravidão no país, pelo viés da resistência escrava, com a preocupação de discutir os dilemas de constituição da Nação a partir da marginalização do negro, bem como os resultados do racismo (MESQUITA, 2003, apud FARIAS, 2019).

Clóvis Moura alertava que a interpretação da história do Brasil, a partir das relações de produção e das lutas populares avançou muito pouco desde 1933, quando três grandes obras marcaram época e formaram o cânone da interpretação de formação econômica do Brasil: *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, *Evolução política do Brasil*, de Caio Prado Júnior. e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda.

Segundo Moura, Caio Prado buscou, sem conseguir, dar um primeiro panorama da história do Brasil através de lutas populares, ao passo que Gilberto Freyre amenizou o regime escravista, a escravidão e o patriarcado. Por fim, Sérgio Buarque de Hollanda deu uma abertura para a interpretação da fase posterior, pós-abolição, através do conceito de “homem cordial”. Esses três trabalhos consolidaram vertentes que pavimentaram o caminho percorrido por quase todas as obras posteriores acerca da interpretação da história do Brasil. Com o surgimento das universidades, o trabalho dos historiadores perde o cunho independente, e passa a ser subordinado ao crescimento e ao pensamento do meio acadêmico. Cabe ressaltar que autores como Néelson Werneck Sodré, José Honório Rodrigues, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro, Odilon Nunes, Jacob Gorender, Otávio Tarquínio de Souza, Darcy Ribeiro e Hélio Silva contribuíram com a construção de um pensamento historiográfico mais ou menos independente, que tentou uma abordagem diferente daquelas repetidas nas universidades. Suas obras independentes se transformaram em trabalhos considerados

clássicos por quem busca estudar a história do Brasil de uma forma que não seja a história tradicional (apud RUY, 1995, p. 51).

Isto posto, a presente monografia destaca os pontos de inflexão entre o cânone da literatura de formação econômica do Brasil e a abordagem de Clóvis Moura, limitando por uma questão de escopo às obras de Caio Prado Júnior e Celso Furtado. O objetivo, portanto, é contribuir para a reflexão da história do Brasil como a história do trabalho no Brasil. No sentido de expandir e qualificar a literatura de formação econômica do Brasil com reflexões que dão conta da origem, existência e reprodução daqueles que de fato construíram o país.

A escolha de Caio Prado Júnior e Celso Furtado como representantes do cânone da formação econômica nacional resta na similaridade na forma em que suas sínteses historiográficas parecem deixar de lado o ser social. Ambos interpretam a colônia como um capítulo da expansão comercial europeia, desenvolvendo sua análise ao redor da relação metrópole colônia. Essa perspectiva omite a totalidade ao ignorar a luta do negro escravizado no Brasil e, portanto a história das lutas de classe. Em *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado constrói uma análise de cunho marxista cujo objeto reside na esfera da produção, sem examinar a fundo as relações sociais que a compõem. Em *Formação econômica do Brasil*, Furtado trabalha conceitos como fluxo de renda, multiplicador de emprego e renda, e examina as relações de produção e propriedade. Ainda que se preocupe, como intelectual e homem público, com as tensões culturais e políticas entre as classes sociais, Furtado também pauta sua análise de formação nas esferas da produção e circulação, reservando à transição da mão de obra escravizada para a assalariada uma análise marshalliana em que, claramente, perde o ser social.

Dessa forma, busca-se pontuar, na presente monografia: i) o racismo como uma ferramenta de dominação indissociável do padrão de exploração do capitalismo, bem como a redução da história da sociedade brasileira a uma coleção de mitos e tipos, tal qual proposto por Ianni (2002); ii) a dominação dos espaços de reflexão e produção de conhecimento a partir do eurocentrismo como um modo de produção de conhecimento, disposto por um processo histórico, social e político alienante.

O primeiro capítulo apresenta uma breve recuperação de aspectos centrais destacados das principais obras de Caio Prado Júnior e Celso Furtado, *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Formação Econômica do Brasil*, respectivamente. O segundo capítulo, com efeito de organizar pontos e contrapontos à abordagem de Clóvis Moura, realiza uma incursão exegética quanto a interpretação das relações de trabalho e raça dos autores clássicos. O terceiro capítulo, por sua vez, retomará, em seu primeiro subitem, o racismo como arma de

dominação e sua relação com o desenvolvimento capitalista, bem como o eurocentrismo como modo de produção do conhecimento. No segundo subitem, será apresentada a perspectiva e a obra de Clóvis Moura.

Cabe ressaltar que o exercício proposto pelo presente trabalho, além de uma revisão bibliográfica e um recorte da contribuição dos autores à questão racial, busca, em última instância, expandir a compreensão da formação econômica do Brasil, relocalizando as relações raciais em sua materialidade na sociedade. Não se objetiva aqui descartar ou desqualificar qualquer contribuição, mas, como deve ser a reflexão científica e filosófica, contribuir para uma compreensão mais abrangente da questão racial no Brasil.

Se apresenta, portanto, uma incursão na historiografia da formação econômica do Brasil, buscando apreender a realidade através do materialismo histórico-dialético. A partir do trabalho de Clóvis Moura, são compreendidos os dilemas de formação do nosso sistema econômico nacional sob uma perspectiva marxista de totalidade, incluindo fatores estruturais e centrais que completam e expandem o escopo de Celso Furtado e Caio Prado Jr, autores importantes e consagrados junto a tradição de formação econômica do Brasil.

1 AS INTERPRETAÇÕES DE CAIO PRADO JÚNIOR E CELSO FURTADO: UMA SÍNTESE DA HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA BRASILEIRA

A tarefa de compreender, ainda que de maneira imperfeita, o processo de formação do Brasil, reuniu ao longo do tempo uma relativa pluralidade de interpretações. Durante muito tempo, as tentativas de compreender e ancorar a identidade de uma sociedade jovem, produto da expansão europeia, organizada em torno de um escravismo prolongado e tardio, se basearam em replicar o conhecimento produzido na Europa. Após um século de independência, um conjunto canônico de interpretações do Brasil começou a se formar com *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, com uma releitura do Brasil a partir do complexo do açúcar e à luz da antropologia cultural. Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, publicou *Raízes do Brasil*, um ensaio que tentava compreender a transição de uma sociedade rural, de raízes ibéricas, para a modernidade urbana do século XX. Finalmente, juntam-se a essas obras *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Formação Econômica do Brasil*, escritas respectivamente por Caio Prado Júnior e Celso Furtado.

Caio Prado Júnior, um dos grandes nomes da historiografia brasileira, foi historiador e economista, mas sua obra coloca-o entre os grandes nomes da sociologia clássica brasileira e dos intérpretes do Brasil. Sua análise de cunho marxista credencia-o como um dos pioneiros na formação de uma corrente sociológica marxista especificamente brasileira, ao lado de nomes como Octávio Brandão, Mário Pedro e Lívio Xavier.

Celso Furtado participou da renovação do pensamento social pós 1930 e deu suporte ideológico à reordenação do capitalismo. Sua formação em economia se deu com conhecimentos históricos já consolidados desde a juventude, reservando um lugar de destaque à história em sua teoria em seu projeto de desenvolvimento.

Os dois autores são responsáveis pelas primeiras grandes sínteses historiográficas da formação econômica nacional, que também se tornaram obras clássicas das Ciências Sociais brasileiras, buscando desenvolver um modelo de análise que explicasse a real identidade da sociedade brasileira.

1.1 CAIO PRADO JÚNIOR E FORMAÇÃO DO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Caio Prado Júnior nasceu na cidade de São Paulo em 11 de fevereiro de 1907. Filho de família aristocrática, realizou seus estudos primários em casa, com professores particulares e cursou o secundário no Colégio São Luís, um famoso instituto de jesuítas.

Formou-se historiador, economista e filósofo. Na área de história, realizou suas obras mais importantes. Militou na política desde 1928, participando da criação do Partido Democrático, da revolução e do movimento constitucionalista em São Paulo; da Aliança Nacional Libertadora e do cotidiano do Partido Comunista, desde 1931. Foi um intelectual dedicado simultaneamente à política e aos escritos, dedicando-se, de forma mais efetiva e reservada, às publicações nos anos que se seguiram ao regime militar no Brasil. Faleceu aos oitenta e três anos, em 1990 (SÁ, 1998, p. 19-20).

Caio Prado Júnior fez parte do florescer da intelectualidade brasileira que buscou explicar as raízes do Brasil, não mais enfatizando os heróis individuais, mas a partir de análises de conjecturas a partir de grupos políticos, segmentos de raça e classe. Caio Prado aparece, a partir da década de 30, como intelectual que, influenciado pelo clima emergente de discussões nacionalistas, busca as origens históricas do Brasil para compreender a evolução política e econômica nacional, seguindo a tradição marxista, em que o Estado e as classes sociais ganham uma dimensão na abordagem e na perspectiva historiográfica, até então, inexistente (SÁ, 1998, p. 21).

A primeira publicação de Caio Prado ocorreu em 1933, em ensaio intitulado *Evolução Política do Brasil*. Essa obra, dividida em quatro partes, dedicou duas delas à Colônia, uma à Revolução e uma última ao Império. Caio Prado lança como chave de compreensão ao estudo do Brasil a questão do latifúndio no período colonial. Sua segunda obra acerca da formação econômica do país, e objeto de estudo deste trabalho, é *Formação do Brasil Contemporâneo*, publicado em 1942. Para muitos intelectuais e historiadores, como Dante Moreira Leite, essa é a obra mais importante de Caio Prado, em razão de apresentar uma interpretação global sobre o Brasil, reunindo uma compilação de pesquisas e reflexões minuciosas em um trabalho original (SÁ, 1998, p. 25).

Em *Formação do Brasil contemporâneo*, Caio Prado Júnior buscou os traços remanescentes da colonização na estrutura da vida social brasileira. A presença marcante desse passado colonial nos “elementos da vida brasileira contemporânea” (geográfico, econômico, social e político) (PRADO JR., 2011, p. 9) motivam o autor a mergulhar nos três séculos de colonização em que se constituíram os fundamentos de nossa nacionalidade.

Caio Prado Júnior estrutura *Formação do Brasil Contemporâneo* em três grandes partes: “Povoamento”, “Vida Material” e “Vida Social”, antecedidas por um capítulo inicial intitulado “Sentido da Colonização” que sintetiza a argumentação desenvolvida pelo autor, ao longo da obra. A partir da compreensão do “sentido da colonização”, um mero capítulo da história do desenvolvimento do comércio e da expansão ultramarina europeia (PRADO JR.,

2011, p. 17), o autor identifica as particularidades das colônias de exploração prevalecentes na região tropical e subtropical do continente americano, em relação às colônias de povoamento que se estabeleceram na zona temperada. Enquanto estas últimas se constituíram movidas, sobretudo, por razões de ordem econômica, políticas ou religiosas, as primeiras derivaram de um empreendimento essencialmente comercial.

E qual é o sentido da colonização? Caio Prado compara a nossa colonização com a das outras colônias americanas e deixa claro que a nossa procurou obter os produtos tropicais inexistentes na Europa, o que determinou a escolha apenas de certos produtos agrícolas aqui conseguidos, construindo fases de desenvolvimento e decadência dos mesmos, inclusive das diferentes regiões brasileiras. Ou seja, é consistente em afirmar que a nossa economia não estava dirigida para as necessidades do mercado interno, mas para as exigências do mercado europeu. Tal aspecto determinou o tipo de exploração do solo e de organização da produção que foi a grande propriedade monocultura e escravocrata, assim como as pequenas proporções da economia de subsistência que se destinavam ao consumo dos colonos (SÁ, 1998, p. 26).

Segundo Vera Borges de Sá (1998), já na introdução, o autor deixa clara sua tese acerca da formação do Brasil, numa análise que se tornou clássica como fundamento para discussões e debates: a tese de que o Brasil contemporâneo se define pelo seu período colonial, que se balanceia e se encerra com o século XVIII.

Considera que, naquele passado se constituíram os fundamentos da nacionalidade: povoou-se um território semi deserto, organizou-se nele uma vida humana divergente da nativa, isto é, dos indígenas e suas nações, como também da dos portugueses, embora em menor escala a dos portugueses que empreenderam a ocupação do território. Ou seja, para ele, o passado colonial está presente no Brasil de hoje, mesmo em parte esse passado modificado (SÁ, 1998, p. 25).

No plano econômico, por exemplo, Caio Prado considera que o trabalho livre ainda não se organizou completamente em todo o país. O autor percebia que, em muitos setores, havia um ajustamento em pleno vigor, mas conservando traços bem vivos do regime escravista. Por isso, afirma que a evolução da economia colonial para a nacional ainda não está completa. No plano social, a mesma coisa. Aponta que as relações de classe ainda conservam seu cunho colonial. Essas diferenças profundas se mostram não apenas no nível material da vida, já inteiramente desproporcionado, mas também no estatuto moral respectivo de umas e outras e que nos dá uma ideia do passado. Para Caio Prado, os depoimentos dos viajantes estrangeiros que visitaram o país no início do século passado ainda se mostravam extremamente atuais. Isso, para ele, não significava apenas reminiscências anacrônicas, mas fatos profundos que se encadeiam na corrente histórica do presente com o passado recente. O

que Caio Prado Júnior defende é que os germes da organização social não são novos, mas, apesar disso, os mesmos problemas encontrados no século passado ainda persistem no país (SÁ, 1998, p. 26).

Na primeira parte da obra, relativa ao povoamento, Caio Prado aborda a distribuição do território da colônia, partindo da afirmação de que o povoamento só começou a penetrar o interior, de fato, no final do segundo século (XVII). Dessa forma, parte do pressuposto de que a distribuição pelo território da colônia teve povoamento irregular, havendo apenas alguns núcleos bastante densos. Afirma que, de forma geral, guardada as devidas proporções o aspecto do território, em termos de povoamento, se assemelha muito entre o povoamento no século XIX e o início dos anos quarenta, quando foi escrita a obra (SÁ, 1998, p. 27). O povoamento, portanto, manifesta a primeira evidência do sentido da colonização: um enorme desequilíbrio entre o litoral e o interior, deixando claro o caráter predominantemente agrícola da colonização. A interiorização só se adensaria com a descoberta do ouro no início do século XVIII (PRADO JR., 2011, p. 38). A grande mobilidade da população que caracteriza a evolução do povoamento no Brasil evidencia, mais uma vez, o caráter da colonização: o aproveitamento de ciclos favoráveis passageiros, com vistas a um mercado exterior.

O exame das raças que contribuíram para a formação da etnia brasileira encerra a primeira parte do livro. O autor trata a mestiçagem como uma solução eficiente para incorporar as populações indígena e negra aos objetivos colonizadores. A mestiçagem teria resultado “da excepcional capacidade do português em se cruzar com outras raças”, fruto de sua antiga convivência com os mouros e com as populações negras da África. (PRADO JR., 2011, p.112). Caio Prado aponta também o caráter individual e aventureiro que assumiu a emigração do colono português para o Brasil e a ausência de freios morais por parte das outras raças, como determinantes para a miscigenação (PRADO JR., 2011, p.114). É oportuno aqui ressaltar, que apesar de serem obras construídas a partir de métodos muito distintos, há uma clara consonância entre *Formação do Brasil Contemporâneo* e *Casa-grande & Senzala*, publicada anteriormente (em 1933) por Gilberto Freyre, no que diz respeito às conclusões a respeito das relações raciais no Brasil. Em sua tese, Nathan Santos aponta que Freyre retoma indícios da história portuguesa de mestiçagem e convívio com as culturas árabes, africanas e asiáticas para demarcar a determinação do caráter ibérico suscetível à miscigenação, o que teria qualificando a singularidade do processo pioneiro de formação colonial português em contraponto aos demais processos de colonização (SANTOS, 2019).

O resumo do panorama étnico brasileiro em princípios do século passado é que havia um predomínio de mestiços dominando em geral o cruzamento de branco com pretos. Sobre estes estão dispostos os grupos originais das três raças formadoras (brancos, predominantemente portugueses, índios e negros), sendo alimentados continuamente por novos contingentes, que são pequenos no caso dos índios, e por isso esse grupo se reduz e vai desaparecendo. Considerável volume de contingente negro cresce também já que a mão de obra no Brasil era oficialmente escrava até o final do século passado. A afluência migratória de brancos se avoluma depois da abertura dos portos em 1808, quando, a par dos portugueses, começam a chegar indivíduos de outras nacionalidades. Mas, até a extinção do tráfico africano em 1850, essa população branca permanece aquém da de negros. Tal deficiência em parte é compensada com a multiplicação do elemento branco, em razão do favorecimento das imigrações deste povo, mais regular na organização familiar e constituído de um contingente de mulheres bem mais numeroso. Do ponto de vista da posição social das raças, o preto e o índio afluem para as camadas inferiores; o branco, para as camadas mais elevadas - se não sempre de início, quando chegam desprovidos de recursos, pelo menos, mais tarde. A tendência para ascensão é geral, argumenta Caio Prado Júnior (1963:106-107), o que não se verifica no caso do negro ou do índio. Só muito mais tarde, e em áreas restritas do país, começará o imigrante branco a afluir em grandes levas para as camadas inferiores da população e nelas permanecer (SÁ, 1998, p. 28).

Caio Prado Júnior dedica-se, então, à análise da “Vida Material” da Colônia. Esta segunda parte da obra contém capítulos referentes aos temas: Economia, Grande Lavoura, Agricultura de Subsistência, Mineração, Pecuária, Produções Extrativas, Artes e Indústrias, Comércio, Vias de Comunicação e Transporte. Destaca, nesta dimensão, o lugar central ocupado pela grande exploração, voltada para produzir e exportar gêneros tropicais ou minerais de alto valor no mercado internacional, afirmando que tudo mais será subsidiário e destinado a amparar a realização do fim essencial. O elemento fundamental e característico da organização econômica da Colônia, portanto, seria a grande unidade produtora, reunindo um grande contingente de trabalhadores escravizados e dirigida pelo colono branco, o “empresário de um grande negócio” (PRADO JR., 2011, p. 123-124). Para o autor, é deste sistema de organização do trabalho e da propriedade que se origina a concentração extrema de riqueza que caracteriza a economia colonial.

É deste tipo de organização em que se constitui a lavoura brasileira que derivou toda a estrutura do país: a disposição das classes e categorias de sua população, o estatuto particular de cada uma e dos indivíduos que a compõem. O que quer dizer, o conjunto das relações sociais no que têm de mais profundo e essencial. (PRADO JR., 2011, p. 150)

Em “Vida Material”, além da grande lavoura e da mineração, são também abordados setores que não pertencem à grande exploração, ou que nela exercem um papel coadjuvante, como as atividades econômicas voltadas para o mercado interno, a agricultura de subsistência, a pecuária rudimentar de relativa importância, devido ao auxílio prestado à ocupação e

integração do território, e ao abastecimento da população. Caio Prado percebe a pecuária como atividade separada completamente da cultura da terra e que se viu relegada para setores afastados e impróprios para a agricultura. O deslocamento das zonas criatórias para longe dessa área se verifica desde o início da colonização, citando o exemplo da Bahia, Pernambuco e São Vicente. Algumas outras atividades, também secundárias, são abordadas de forma mais detalhada em capítulos específicos: as produções extrativas na região amazônica, onde as formas de atividade se reduzem praticamente a duas: penetrar a floresta ou os rios para colher os produtos e capturar o peixe. Para isso o índio estava totalmente preparado. A organização do trabalho se faz esporádica e coincide com épocas próprias, contratando índios por um salário oficialmente fixado, segundo as leis protetoras pombalinas; e as atividades de transformação, nos centros urbanos, onde são destacadas as manufaturas têxteis e a metalurgia, dada a abundância das matérias primas utilizadas e a existência de um mercado interno de relativa importância. Havia artesãos auxiliados por escravos e pequenas indústrias domésticas disseminadas pela colônia, como olarias para fabricação de telhas, tijolos e os curtumes disseminados nas regiões de grande comércio de gado: Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco.

Caio Prado Júnior encerra sua análise da estrutura econômica colonial com o comércio, as vias de comunicação e o transporte, sendo o primeiro setor o capaz de melhor revelar o caráter da economia, a síntese da vida material da Colônia. Seu eixo fundamental não poderia ser outro que não o da exportação dos produtos tropicais, do ouro e do diamante para o mercado internacional, sob o monopólio da metrópole. Em função desse eixo, dispõem-se os setores acessórios do comércio, como a importação de negros escravizados da costa da África, o comércio interno de produtos de subsistência que abastecem as populações dos centros urbanos e, em proporções menores, a importação de gêneros alimentícios de luxo e manufaturados, consumidos pelos senhores da grande exploração agrícola ou mineradora.

A economia brasileira no final do período colonial caracteriza-se, em síntese, pela precariedade de suas bases, pela falta de dinamismo e de autonomia, e pela subordinação a objetivos completamente estranhos, condicionados pela conjuntura internacional. Estaria aí, portanto, a explicação para o fato de que o Brasil, mesmo independente, mantinha a identidade de produtor e exportador de gêneros para abastecer o comércio internacional, perpetuando-se como “uma feitoria da Europa”. (PRADO JR., 2011, p. 132).

A análise da “Vida Social” da Colônia, que ocupa a última parte do livro, compreende os capítulos “Organização Social”, “Administração”, “Vida Social e Política”. Essa seção final enfatiza a escravidão e sua “influência deletéria” na nossa formação como o traço mais

marcante que caracteriza a sociedade brasileira. O autor diferencia a escravidão nas Américas das formas servis do mundo antigo que haviam brotado de todo o conjunto da vida social, material e moral de sua época, enquanto a primeira, como parte inerente da era dos grandes descobrimentos ultramarinos, um recurso de oportunidade a fim de explorar comercialmente os territórios e as riquezas do Novo Mundo (PRADO JR., 2011, p. 286).

O autor considera que a especificidade étnica (indígenas americanos e negros africanos) do escravismo moderno teria pesado desfavoravelmente na civilização ibérica e na constituição das colônias americanas. O autor afirma que se trata de “povos de nível cultural ínfimo, comparado ao de seus dominadores”, “simples máquina de trabalho bruto e inconsciente” e “povos bárbaros e semibárbaros” (PRADO JR., 2011, p. 288-289), e enxerga, como consequência nefasta da ampla disseminação do trabalho escravo, a solidificação de uma ética de desvalorização do trabalho, transformando-o em algo pejorativo e desabonador, restando poucas atividades “dignas” destinadas ao homem livre (PRADO JR., 2011, p. 296). Essa interpretação de Caio Prado reafirma uma característica marcante da história do Brasil apontada por Ianni (2002): a sua redução a uma constelação de tipos, que em alguns casos se desdobram em mitos e mitologias.

No caso da sociedade brasileira, às vezes se tem a impressão de que a sua história se traduz e é reduzida a uma coleção de mitos originários de tipos, que teriam sido elaborados no empenho de compreender ou explicar situações, acontecimentos, dilemas, perspectivas. Diante da realidade histórico-social complexa e problemática, elaboram-se tipos, com os quais a realidade se revela inteligível. Aos poucos, no entanto, pode ocorrer a ideologização ou reificação, o que promove a metamorfose do tipo em mito. Então, acentua-se a distância entre a realidade e o tipo; e, mais ainda, entre a realidade e o mito. (IANNI, 2002, p.8)

Caio Prado destaca o lugar central do clã patriarcal no Brasil colonial como “unidade econômica, social, administrativa e até de certa forma religiosa” em torno da qual se agrupa grande parte da população do país. Dada a importância do grande domínio patriarcal, em termos de poder, riqueza e autonomia, os centros urbanos são um reflexo das condições no campo, já que os senhores rurais também constituem aí a classe superior, acompanhados das autoridades da administração militar, civil e religiosa (PRADO JR., 2011, p. 304).

Caio Prado Júnior reserva um capítulo à administração portuguesa na Colônia, apontando sua desorganização, falta de eficiência, seus processos brutais de recrutamento e cobrança de tributos, a complexidade e confusão dos órgãos, funções e competências, burocracia e centralização ultramarina, além da ausência de métodos e de clareza na elaboração das leis. Acrescenta ainda a tudo isso uma justiça cara, morosa e pouco acessível,

insegurança generalizada, orçamento deficitário, descaso geral com os serviços públicos, imoralidade e corrupção na administração pública (PRADO JR., 2011, p. 356).

No capítulo final de *Formação do Brasil Contemporâneo*, “Vida Social e Política”, o autor apresenta o “aspecto do conjunto que apresenta a obra da colonização portuguesa no Brasil” (PRADO JR., 2011, p. 362).

Observamos nos seus diferentes aspectos esse aglomerado heterogêneo de raças que a colonização reuniu aqui ao acaso, sem outro objetivo que realizar uma vasta empresa comercial, e para que contribuíssem [...] três raças e culturas largamente díspares, de que duas, semi bárbaras em seu estado nativo, e cujas aptidões culturais originárias ainda se sufocaram, forneceram contingente maior; raças arrebanhadas pela força e incorporadas pela violência na colonização, sem que para isso se lhes dispensasse o menor preparo e educação para o convívio em uma sociedade tão estranha para elas. (PRADO JR., 2011, p. 362)

Caio Prado Júnior, destaca, como primeiro grande traço que caracteriza o Brasil do início do século XIX, a ausência de nexos morais. Os mais fortes laços que mantêm a integridade social derivam-se das relações de trabalho e de produção, particularmente, da subordinação do escravizado ao seu senhor (PRADO JR., 2011, p. 363). A sociedade colonial é constituída de um núcleo central organizado, cujo elemento principal é a escravidão, e de um setor periférico, caracterizado por uma inorganicidade e incoerência que não chega sequer a constituir uma estrutura social. Para complementar, os traços mais profundos da psicologia e do caráter brasileiros são resumidos – mais uma vez em consonância com a obra de Gilberto Freyre – na atitude relativa ao trabalho marcada pela indolência e pelo ócio, na promiscuidade nas relações sexuais, na exacerbação sentimental e afetiva, na superficialidade e mecanização do culto religioso e na infinita tolerância moral e nos costumes. Aqui, há uma clara atribuição de racionalidade, equilíbrio e pudor ao branco europeu, características que não seriam verificadas nos indivíduos pertencentes às demais raças.

Esse sistema, segundo o autor, já traz consigo as condições de sua autodestruição, forças que ao mesmo tempo pressionam por transformações que têm como marco inicial a independência, mas sentido e duração ainda não inteiramente claros (PRADO JR., 2011, p. 379). Com a transferência da Coroa Portuguesa para o Brasil (que marca o início do processo que levaria à independência e à formação de um Estado Nacional), a sociedade brasileira entra em uma etapa de plena ebulição, evidenciada por conflitos generalizados, envolvendo o grande proprietário rural e o comerciante português, o lavrador ou o escravizado e o senhor de engenho, o branco e o mulato, o vendeiro e o pé-descalço (PRADO JR., 2011, p. 400). Tais conflitos, segundo Caio Prado Júnior, são meras manifestações de contradições cuja origem se encontra na estreita base econômica do sistema colonial, incapaz de incorporar e sustentar o

crescente contingente da população que vive à sua margem, constituindo segmentos excluídos e inorgânicos, obstáculos ao projeto de formação de uma verdadeira nação.

Há de se verificar que Caio Prado assume de fato uma análise marxista no teor de sua obra. Existe uma teoria materialista da história, presente em seu trabalho. O autor discute o processo de produção de uma época e considera como base da história a forma de vida econômica relacionada. Sua obra traz também um refinamento da interpretação embasada no materialismo histórico, uma vez que a desorganização e a ausência de coerência do Estado lusitano são pontos constantemente levantados, negando o pressuposto de um Estado com propósitos bem definidos e racionais de exploração (SÁ, 1998, p. 32).

1.2 CELSO FURTADO E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Celso Monteiro Furtado nasceu em 26 de julho de 1920 em Pombal, no sertão paraibano. Herdeiro de família de proprietários de terra e magistrados, chega ao Rio de Janeiro em 1939, para cursar direito na Faculdade Nacional de Direito e trabalhar como jornalista na Revista da Semana. Em 1948, é feito doutor em economia pela Universidade de Paris, com a tese "L'économie coloniale brésilienne". Em 1949, muda-se para Santiago do Chile para integrar a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), então a única escola de pensamento econômico surgida no Terceiro Mundo.

Em 2020, comemorou-se 100 anos de Celso Furtado, mais importante intelectual do Brasil para o desenvolvimentismo e o economista brasileiro com maior projeção internacional (MORAES, FILHO, 2020), que enriqueceu o debate sobre o país enquanto latino-americano, buscando conceitos não viesados às grandes metrópoles mundiais. Esse objetivo é perceptível em sua obra mais difundida: *Formação Econômica do Brasil*. No clássico livro, o autor confere ao pensamento econômico brasileiro a concepção de dependência fortemente imposta nos mais diversos contextos, que além de se adaptar às atualizações das estruturas econômicas, perdura desde as atividades econômicas iniciais do país.

Obra-prima de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil* foi escrita durante a chamada Era de Ouro do capitalismo. O jovem intelectual, nessa época, já conhecia desde economias que se tornavam mais sofisticadas à precariedade e rusticidade de economias de países pobres. Furtado desenvolveu parte de suas teses sobre o subdesenvolvimento a partir da análise do seu próprio país de uma perspectiva internacional. A obra é fundamental nos estudos de história econômica, economia e ciências sociais (MORAES, FILHO, 2019).

Em *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado analisa a trajetória econômica brasileira e suas especificidades como uma sucessão de ciclos, que compartilham como características marcantes a baixa diversidade produtiva e a heterogeneidade social. O autor orienta-se, à luz da historicidade, em busca de respostas para as trajetórias do subdesenvolvimento dentro das estruturas que perpassam o processo de formação do Brasil.

Furtado apresenta *Formação Econômica do Brasil* em cinco grandes partes que se estendem desde os primórdios da ocupação territorial do Brasil até a transição para uma economia industrial, abrangendo, assim, quatro séculos de história econômica: “Fundamentos econômicos da ocupação territorial”, “Economia escravista de agricultura tropical”, “Economia escravista mineira”, “Economia de transição para o trabalho assalariado”, e “Economia de transição para um sistema industrial”. A exemplo de Caio Prado Júnior, Furtado (2007, p. 25) inicia sua obra a partir da compreensão de que “A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa”. O obstáculo otomano nas linhas de comércio orientais motivou a busca por novas rotas de comércio, movimento do qual decorreu um episódio secundário: a descoberta da América. O início da ocupação econômica do território brasileiro só se dá meio século depois, em boa medida como uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha pelas demais nações europeias em decorrência dos tesouros descobertos pelos espanhóis (FURTADO, 2007, p. 26-27).

Sem encontrar metais preciosos para financiar a colonização do seu território, os portugueses encontraram na exploração agrícola das terras brasileiras a alternativa para a ocupação. A produção prévia de açúcar em grande escala nas ilhas portuguesas no Atlântico, a parceria e financiamento holandeses e o mercado escravista africano tornou viável a implantação da empresa açucareira no Brasil. Houve um conjunto de circunstâncias favoráveis que permitiram que o governo português mantivesse sob seu domínio sua parte das terras na América, onde se mantinha a esperança de encontrar ouro e metais preciosos (FURTADO, 2007, p. 35-36). Cabe incluir nesse conjunto a decadência da economia espanhola, que tendo descoberto precocemente os metais preciosos, não desenvolveu nenhuma outra empresa de envergadura nas colônias (FURTADO, 2007, p. 39).

O controle de todo comércio marítimo europeu pelos holandeses e sua ocupação em terras brasileiras permitiu a absorção do “conhecimento de todos os aspectos técnicos e organizacionais da indústria açucareira” (FURTADO, 2007, p. 44) e com esse conhecimento em mãos, os holandeses desenvolveram um mercado paralelo e concorrente ao de Portugal nas terras caribenhas, marcando o declínio do primeiro grande ciclo econômico brasileiro,

uma economia escravista totalmente dependente da demanda externa que não conseguiu gerar estímulos para diversificar a produção de outros setores. Ademais, o fato de os lucros da produção serem a única renda monetária, uma vez que o trabalho se dava a partir da mão de obra escravizada, intensificava o engessamento da circulação da renda que em boa parte escoava para as economias centrais.

O crescimento significativo da concorrência no mercado agrícola e o conseqüente empobrecimento da colônia trouxe de volta a busca por metais preciosos. O investimento técnico por parte da metrópole foi decisivo para o sucesso dessa busca (FURTADO, 2007, p.118). Um número considerável de portugueses decidiu espontaneamente migrar para a região de minérios, e a “economia mineira abriu um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia” (FURTADO, 2007, p.118). Com isso a população europeia no Brasil chegou a ser dez vezes maior durante este período. Embora a mão de obra escrava fosse tão importante quanto no período do açúcar, a forma como se estruturou foi completamente diferente, uma vez que os escravizados tinham mais liberdade para transitar em ambientes sociais diferentes e até mesmo, por meio de seu trabalho, comprar a própria liberdade (FURTADO, 2007, p.120).

Devido a sua nova localização, longe da região portuária e distribuída em meios a uma região montanhosa, a população era totalmente dependente de uma estrutura eficaz de transporte realizada por uma ampla tropa de mulas, parte fundamental desde o abastecimento funcional até o encaminhamento do produto final ao destino. Nasceu, portanto, um importante mercado de animais de carga que, paralelamente à busca de gado para corte, fomentou uma produção pecuária relevante, significativamente maior que no ciclo canavieiro. Contudo, a exemplo do período anterior, a economia mineradora era também movida pela demanda externa. Uma vez que o desenvolvimento do mercado endógeno permaneceu inibido, a rápida decadência na produção de ouro em decorrência da baixa capacitação técnica levou a população a ser absorvida novamente pela “economia de subsistência”. A existência do regime de trabalho escravo impediu que o colapso da economia mineradora causasse fricções sociais de maior vulto (FURTADO, 2007, p.133). Segundo Furtado (2007, p.134), em nenhuma parte da América houve um caso tão rápido e completo de involução de um sistema econômico constituído por uma população majoritariamente europeia.

Em decorrência do declínio nas atividades açucareira e mineradora, o último quarto do século XVIII é marcado por uma grande crise econômica:

A renda per capita, ao terminar o século, provavelmente não seria superior a cinquenta dólares de poder aquisitivo atual – admitindo uma população livre de dois milhões –, sendo esse provavelmente o nível de renda mais baixo que haja conhecido o Brasil em todo período colonial. (FURTADO, 2007, P. 138)

Com a virada do século, vieram a abertura dos portos e a independência da colônia, às custas de grandes concessões brasileiras à Inglaterra que trouxeram uma série de dificuldades econômicas e políticas ao Brasil.

O governo central, que enfrenta extraordinária escassez de recursos financeiros, vê sua autoridade reduzir-se por todo o país, numa fase em que as dificuldades econômicas criavam um clima de insatisfação em praticamente todas as regiões. As províncias do norte – Bahia, Pernambuco e Maranhão – atravessam um momento de sérias dificuldades econômicas. Os preços do açúcar caem persistentemente na primeira metade do século, e os do algodão, ainda mais acentuadamente. Na Bahia e em Pernambuco, e em especial no Maranhão, a renda per capita deve haver declinado substancialmente durante esse período. Na região sul do país as dificuldades econômicas se acumularam como reflexo da decadência da economia do outro, principal mercado para o gado produzido no sul. As inúmeras rebeliões armadas do norte e a prolongada guerra civil do extremo sul são o reflexo de empobrecimento e dificuldades. (FURTADO, 2007, p. 146)

Os sérios problemas econômicos do período se agravam com a queda substancial dos valores dos produtos frente à exportação, a inexperiência de um novo governo e uma nação em processo de solidificação política. O desenvolvimento no ritmo americano exigia intensa demanda de exportações e desenvolvimento industrial (FURTADO, 2007, p.159). Os ciclos econômicos anteriores não trouxeram benfeitorias duráveis ao país, as novas técnicas decorrentes da Revolução Industrial pouco adentraram o Brasil, e a mão de obra africana se tornava mais escassa e sem uma alternativa viável (FURTADO, 2007, p.164-165). A alternativa encontrada para recuperar o dinamismo na esfera da exportação foi um produto relativamente novo, com características de produção que correspondiam às características ecológicas do país: o café (FURTADO, 2007, p.168). Vários fatores contribuíram para o sucesso da produção do café, como a reutilização da “infraestrutura” de transporte que surgira com do ciclo do ouro, a relativa abundância de mão de obra próxima à capital brasileira, a proximidade em relação à região portuária, caracterizando um novo ciclo baseado num aproveitamento de recursos preexistentes e subutilizados (FURTADO, 2007, p.169).

O terceiro ciclo exportador foi um período marcado principalmente pelo início da República e término progressivo do tráfico de africanos escravizados. Para sanar a crescente redução da mão de obra, a alternativa foi a imigração europeia com a formação de uma estrutura para atrair os europeus, que escondia o que era na realidade um regime de semiescravidão.

Com efeito, o custo real da imigração corria totalmente por conta do imigrante, que era a parte financeiramente mais fraca. O Estado financiava a operação, o colono hipotecava o seu futuro e o de sua família, e o fazendeiro ficava com todas as vantagens. O colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida em sua totalidade. É fácil perceber até onde poderiam chegar os abusos de um sistema desse tipo nas condições de isolamento em que viviam os colonos, sendo o fazendeiro praticamente a única fonte do poder político. (FURTADO, 2007, p. 185)

A disponibilidade de divisas internacionais geradas pela exportação do café foi em boa parte destinada para o pagamento de bens de consumo importados, ainda que para uma minoria da população. Os salários e o consumo de bens no mercado interno ativaram o mecanismo multiplicador, gerando dinâmica da renda e estímulo para atividades urbanas. A última década do século XIX foi bastante favorável para a cultura do café no Brasil, graças ao declínio da concorrência e a descentralização republicana, que permitiu o melhor controle da questão da imigração por parte dos estados (FURTADO, 2007, p. 251). Com a Grande Depressão e a queda da demanda externa, a intervenção do Estado para assegurar os preços do café é colocada por Furtado como uma medida que evitou a redução drástica da renda, o que permitiu um posterior restabelecimento rápido e estável da economia.

Posteriormente, o processo de industrialização surgiu como uma resposta às restrições da capacidade de importação em conjunto com a reconfiguração da estrutura de oferta produtiva brasileira. A primeira metade do século XX foi marcada pela emergência do mercado interno como o centro dinâmico da economia brasileira (FURTADO, 2007, p. 323). Um aspecto fundamental deste processo foi sua tendência ao desequilíbrio e à inflação. Vale destacar a descontinuidade estrutural interna, o pequeno mercado diante das economias de escala no exterior e a pressão pelo processo de substituição de importações como problemas para completar etapas da transformação social e econômica, mantendo-se a dualidade entre modernização e marginalização consubstanciada na heterogeneidade social.

Furtado encerra *Formação Econômica do Brasil* reforçando a necessidade de integração regional dos recursos nacionais ao colocar em perspectiva um Brasil que deve enfrentar suas desigualdades internas e promover um desenvolvimento a partir de suas especificidades, buscando a ruptura com formas arcaicas de exploração e uma visão integrada de aproveitamento de recursos e fatores (FURTADO, 2007, p. 333-334).

Levando-se em conta que *Formação Econômica do Brasil* tem pilares na história econômica, na teoria econômica e na estatística, não é exagero considerá-la como uma legítima obra de análise econômica (MORAES, FILHO, 2019).

Retomada parte das grandes contribuições de Caio Prado Júnior e Celso Furtado na compreensão da formação econômica do Brasil, cabe buscar, no capítulo seguinte, relocalizar as relações raciais em sua materialidade na sociedade, uma vez que a história e a realidade brasileira trazem consigo influências nefastas de um longo passado escravista, um dos pilares da reprodução do capitalismo brasileiro.

2 TRABALHO E RAÇA NO CÂNONE

Ainda que os dois renomados autores, Caio Prado Júnior e Celso Furtado, sejam responsáveis pelas primeiras grandes sínteses historiográficas da formação econômica nacional, objetivando desvincular o pensamento do Brasil de influências externas, é na questão racial que se revelam resquícios eurocêntricos de dominação do conhecimento. Este capítulo busca evidenciar tal dinâmica, especificamente na historiografia da formação econômica do Brasil, campo de pesquisa no qual se faz evidente uma herança ideológica que orienta a interpretação de nossa história centrada no homem branco e marginaliza obras divergentes, numa implicação direta do racismo estrutural perpetrado no meio acadêmico e no saber econômico (cf. COLETIVO CLÓVIS MOURA, 2019; QUIJANO, 1991, 1999, 2005).

Como colocado por Quijano (2005), a descoberta do novo mundo, associada ao iluminismo, dá origem ao processo de construção social do conceito de raça. O homem branco europeu se torna o “padrão”, inferiorizando aqueles externos às suas características, retratados como “não civilizados” e até menos humanos. Essa hierarquização racial fundamenta uma forma sistemática de discriminação, o racismo, estrutura sobre a qual foi justificada a noção de que os europeus ocidentais seriam o auge intelectual da espécie e de uma trajetória evolutiva civilizatória, a partir de um estado natural. Esta estrutura consolida uma ideologia de forma a legitimar as relações de dominação impostas às “raças inferiores”. Ou seja, para além das ideias, se organizam relações materiais de dominação para exploração. A expansão do colonialismo europeu conduziu à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais: os povos dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, assim como seus traços fenotípicos, suas descobertas e suas culturas. A Europa passou a ter, além do controle do mercado mundial, o domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, concentrando sob sua hegemonia o controle de todas as formas de subjetividade, cultura e produção do conhecimento. Por se tratar de diversos âmbitos de poder que extrapolam a dimensão econômica, considerar-se-á, ao longo do presente trabalho a noção de racismo enquanto estrutura, segundo a interpretação de Quijano:

[...] a classificação das pessoas não se realiza somente num âmbito do poder, a economia, por exemplo, mas em todos e em cada um dos âmbitos. A dominação é o requisito da exploração, e a raça é o mais eficaz instrumento de dominação que, associado à exploração, serve como o classificador universal no atual padrão mundial de poder capitalista. (QUIJANO, 2005, p. 138)

Como desdobramento do processo histórico de constituição do capitalismo, o racismo foi normalizado nas estruturas do modo de produção, na reprodução das relações sociais, da vida material e particularmente em elementos de dominação ideológica na produção científica.

Embora Caio Prado Júnior e Celso Furtado tenham sido notáveis na compreensão da dinâmica das economias subdesenvolvidas, assim como as demais obras que compõem o conjunto de cânones do estudo do processo de formação econômica do Brasil, observa-se uma lacuna na discussão da luta de classes como emergência da história do Brasil colônia e a implicação do racismo na conformação da sociedade de classes brasileira.

Em *Formação do Brasil Contemporâneo e Formação Econômica do Brasil*, a questão racial, quando citada, é colocada em segundo plano, ainda que cada detalhe da história e da realidade nacional traga consigo a mancha do racismo (SANTOS, DARIDO, COELHO, 2020), que se apresenta até hoje como um dos pilares da reprodução do capitalismo e suas características imanentes: a centralização e acumulação do capital – e consequentemente a miséria e o desemprego –, e a divisão do trabalho e suas hierarquizações (MELLO, NOVAIS, 2009). Desta forma, este capítulo busca apontar elementos que parecem ter escapado às análises de Caio Prado e Furtado, e que dão conta da particularidade da formação econômica nacional, de sua sociedade de classes e a raça como elemento central e indissociável desta compreensão.

2.1 O SENTIDO DA MODERNIDADE: A RAÇA COMO OBSTÁCULO À CIVILIZAÇÃO NO BRASIL

Caio Prado interpreta a colonização do Brasil como um capítulo da história da empresa comercial portuguesa, e o sintetiza como o verdadeiro sentido da nossa colonização, que explicaria tanto os elementos fundamentais da formação da nossa sociedade como os elementos de caráter econômico (PRADO JR., 2011, p. 28). Nossa sociedade foi formada para fornecer bens primários para o comércio europeu, e é com esse objetivo puramente exterior que se organizou a estrutura e a economia brasileira, e que marcou a construção e a evolução do país. A partir dessa concepção de sentido, o autor busca constantemente identificar e avaliar quais seriam os obstáculos e os possíveis estímulos à formação de uma nação moderna no Brasil, e a narrar sob uma perspectiva que vislumbra a modernidade para o Brasil como ponto de chegada, ainda que distante e de difícil acesso (MELO, 2020).

No exercício de elencar as dificuldades e os caminhos para a formação de uma nação moderna, Caio Prado evidencia uma tradição intelectual que pressupõe um eterno horizonte que se busca alcançar: uma nação moderna, dentro dos parâmetros ocidentais, recusando outras possibilidades que desqualifica e até despreza sob a forma de uma hierarquização cultural. Para se ter um exemplo, no capítulo “Raças” de *Formação do Brasil Contemporâneo*, Prado Jr. elogia a legislação pombalina que direcionava a população indígena à “comunhão colonial” e ao “maior intercâmbio possível” (Prado Jr., 2011, p. 97), o que significava a imposição da língua portuguesa e o incentivo à miscigenação, uma política contrária àquela realizada pelos jesuítas, que promovia o isolamento dos índios (Prado Jr., 2011, p. 96). Para Caio Prado, as medidas que objetivavam a integração do índio à cultura do colonizador eram avaliadas positivamente, enquanto apartá-los do convívio com a sociedade colonial perpetuaria uma organização social estranha aos interesses da colonização (uma sociedade nacionalmente organizada e culturalmente integrada). Fica claro que, no seu ponto de vista, a cultura europeia é o caminho para adentrarmos na modernidade, enquanto as demais, inferiores e menos elaboradas, nos impedem de avançar e nos mantêm prisioneiros do atraso (MELO, 2020). Essa perspectiva, como exposto por Quijano (2005) coloca a modernidade e a racionalidade como experiências e produtos exclusivamente europeus. As relações intersubjetivas e culturais entre a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram categorizadas como primitivo-civilizado, mágico/mítico, irracional-racional, tradicional-moderno. Sob essa divisão das relações entre europeu e não-europeu, a raça é a categoria básica dessa perspectiva binária eurocêntrica.

Não seria possível explicar de outro modo, satisfatoriamente em todo caso, a elaboração do eurocentrismo como perspectiva hegemônica de conhecimento, da versão eurocêntrica da modernidade e seus dois principais mitos fundacionais: um, a idéia-imagem da história da civilização humana como uma trajetória que parte de um estado de natureza e culmina na Europa. E dois, outorgar sentido às diferenças entre Europa e não-Europa como diferenças de natureza (racial) e não de história do poder. Ambos os mitos podem ser reconhecidos, inequivocamente, no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois dos elementos nucleares do eurocentrismo [...] O notável disso não é que os europeus se imaginaram e pensaram a si mesmos e ao restante da espécie desse modo – isso não é um privilégio dos europeus – mas o fato de que foram capazes de difundir e de estabelecer essa perspectiva histórica como hegemônica dentro do novo universo intersubjetivo do padrão mundial do poder. (QUIJANO, 2005, p. 122)

No limite, a avaliação de Caio Prado Jr. propõe que não se poderia haver outro sentido que não fosse o da construção da sociedade de classes. Organizações políticas como as estruturadas pelos quilombolas em Palmares, por exemplo, colocada por Clóvis Moura (2014) como uma alternativa concreta à sociedade colonial e que estabeleceu uma república

fora dos marcos da sociedade de classes, não são sequer consideradas por Caio Prado. Ao elogiar a referida legislação pombalina, o autor acaba concordando com a destruição de toda cultura e forma de vida fora da modernidade forjada na europa.

O desenvolvimento geral da interpretação do Brasil empreendida por Caio Prado Júnior em *Formação do Brasil Contemporâneo* indica o aspecto cultural das raças formadoras como central na explicação do atraso brasileiro. O autor acaba por se alinhar ao racismo “cientificamente” justificado ao afirmar que o baixo nível cultural do negro, “em oposição ao da raça dominante, impediu-lhe de se afirmar com vigor e sobrepor-se à sua miserável condição, ao contrário que em tantas instâncias ocorreu no mundo antigo” (2011, p. 365). Para o autor, se a cultura dos africanos trazidos ao Brasil fosse mais robusta e capaz de superar as limitações impostas pelo trabalho servil, a escravidão não teria sido tão prejudicial para a formação do país, já que a escravidão nas civilizações da Antiguidade europeia não comprometeu a formação de nações coesas e culturalmente integradas aos valores da modernidade. Seguindo esse esquema interpretativo, colocar em convivência raças com estoques culturais muito inferiores aos dos europeu, já que os indígenas da América e os negros africanos eram “povos de nível cultural ínfimo, comparado a de seus dominadores” (Prado Jr., 2000, p. 288) foi um dos principais obstáculos ao desenvolvimento impostos pela colonização. Era necessário sincronizar as temporalidades das raças que construíam o Brasil. Esse diagnóstico prescrevia a necessidade da elevação do nível cultural do povo brasileiro, forjado por raças culturalmente inferiores (MELO, 2020).

Cabe aqui ressaltar, como posto por Césaire (1978), que “colocar em convivência” ou “colocar em contato”, na realidade, é um eufemismo para a violência colonial oriunda da ocidentalização brutal de tudo que era visto unilateralmente como "selvageria".

Formação do Brasil Contemporâneo se encerra enfatizando a inércia do negro na história da formação brasileira, em congruência direta com o proposto por Furtado em *Formação Econômica do Brasil*. Os brasileiros não ficaram imunes às transformações estruturais “universais” que aconteciam sob a inspiração iluminista, e a ideologia revolucionária francesa serviu de lema “a todos que pretendiam alguma coisa: senhores de engenho e fazendeiros contra negociantes; mulatos contra brancos; pés-descalços contra calçados; brasileiros contra portugueses” (2011, p. 400). Contudo, segundo o autor, o avanço do ideário francês não se traduziu em um antagonismo propulsor no centro da atividade econômica brasileira, porque, a despeito de se rebelarem contra a opressão senhorial, os escravizados não conseguiam fazer dessa revolta uma ação política capaz de construir um novo mundo, uma vez que não falavam uma linguagem política moderna, mas uma

“linguagem mais familiar e acessível que lhes vinha das florestas, dos estepes e dos desertos africanos” (2011, p. 400), em uma clara contraposição entre a filosofia moderna branca e o pensamento selvagem dos africanos, incapazes de apontar a saída para a opressão no qual viviam. O lento desenvolvimento histórico se dava em razão da limitação dos principais oprimidos no sistema colonial.

É a esta passividade aliás das culturas negras e indígenas no Brasil que se deve o vigor com que a do branco se impôs e predominou incontestemente, embora fosse muito reduzida, relativamente à das outras raças, a sua contribuição demográfica. (Prado Jr., 2011, p. 289)

Essa análise se mostra particularmente contraditória quando comparada ao que ocorreu no Haiti, em 1791: segundo Quijano (2005), a experiência haitiana produziu um caso excepcional, reunindo no mesmo movimento histórico uma revolução nacional, social e racial. Uma descolonização real e global do poder, cuja derrota se deu pelas repetidas intervenções militares americanas. O exemplo revela que os revolucionários negros haitianos levaram os ideais iluministas ao limite, exigindo que os preceitos de igualdade fossem estendidos a si próprios e à colônia. Portanto, embora Caio Prado Júnior se referisse ao caso brasileiro, os mesmos negros africanos que, em sua visão, não eram capazes de falar uma linguagem política moderna em decorrência de seu pensamento selvagem, foram responsáveis por mover uma revolução paralela ou, de certa forma, até precedente à própria revolução francesa.

Segundo Melo (2020), *Formação do Brasil Contemporâneo* reproduz o racismo cultural, um produto pós-iluminista derivado do evolucionismo cultural, que busca enquadrar as variedades culturais em molduras hierárquicas, postulando raças culturalmente “superiores” e “inferiores”, e defendendo o ambiente como um fator preponderante para a evolução social ocorrer através da mudança progressiva de estágio cultural.

Ademais, parece escapar à análise de Caio Prado Júnior a concepção de diferentes tipos de modernidade. É natural, segundo a analogia de Quijano (2005), que a imagem de povos não europeus se mostre distorcida em um espelho eurocêntrico, cujo conceito particular de modernidade deriva de um processo histórico específico ao atual sistema-mundo. Nesse sentido, a formação do capitalismo a partir do colonialismo europeu constitui o primeiro sistema-mundo global historicamente conhecido.

Os dominadores coloniais anteriores não tinham as condições, nem provavelmente o interesse, de homogeneizar as formas básicas de existência social de todas as

populações de seus domínios. O atual, que começou a formar-se com a América, tem em comum três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a colonialidade do poder, o capitalismo e o eurocentrismo. O que sua globalidade implica é um piso básico de práticas sociais comuns para todo o mundo, e uma esfera intersubjetiva que existe e atua como esfera central de orientação valorativa do conjunto. Por isso as instituições hegemônicas de cada âmbito de existência social, são universais para a população do mundo como modelos intersubjetivos. Assim, o Estado-nação, a família burguesa, a empresa, a racionalidade eurocêntrica. (QUIJANO, 2005, p. 123)

A despeito de ser uma obra extremamente importante na historiografia brasileira, particularmente no campo marxista, *Formação do Brasil Contemporâneo* apresenta evidências de uma concepção estereotipada acerca das culturas não ocidentais que formaram o Brasil, e tem grande influência no imaginário político e social brasileiro, que constantemente invalidam e subalternizam essas culturas. Mais do que isso, a obra compreende o sentido da colonização como uma empreitada de formação de mercado para as nações Europeias, e a construção de uma nova Europa nos trópicos. Ignora-se a instituição de uma nova categoria de sub-humanos que justificava o saque e a extensão da exploração de classe em escala planetária. A inclusão inequívoca de uma hierarquia racial passa a empregar à luta de classes o racismo como elemento de dominação. Portanto, na formação do Brasil, a raça precisa figurar como elemento central de explicação das relações de exploração, primeiro na colônia, depois no assalariamento, mas de forma "total" na história do trabalho, isto é, na história da luta de classes (SANTOS et al, 2020).

2.2 O TRADE-OFF IMPOSSÍVEL: ASSALARIAMENTO E O EX-ESCRAVIZADO EM FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Furtado apresenta certas incongruências em sua interpretação acerca do trabalho escravo ao longo de sua obra, particularmente em três pontos, como apontado por SANTOS et al (2020): i) na sua leitura acerca da desarticulação da escravidão e transição para o trabalho assalariado, onde apresenta noções de hierarquização racial que fundamentam a forma como essa transição e o processo civilizatório são interpretados pelo pensamento econômico brasileiro, fundando o mito de autoexclusão do negro em relação ao mercado de trabalho; ii) a noção de "escravo como capital fixo"; iii) e, principalmente, na ideia de "não contribuição" do negro no progresso econômico do Brasil.

Assim como Caio Prado Júnior, Furtado interpreta a colônia como um capítulo da expansão comercial europeia, desenvolvendo sua análise ao redor da relação metrópole colônia. Na colônia, as relações de produção não mudam muito ao longo das diferentes

etapas. Essa perspectiva da formação nacional omite a totalidade do movimento de formação de um sistema de dominação mundial, balizado nas relações de produção e na divisão internacional do trabalho, trazendo consigo um novo determinante estrutural na dominação de classes, tal qual apontou Césaire (1978): o colonialismo se propõe a expandir a concorrência das suas economias antagônicas através da violência consciente e da espoliação, justificadas por caracterizações negativas de povos extra-europeus, particularmente do homem negro, tratado como inferior e bárbaro. A reificação dos colonizados, indivíduos inferiores e incapazes de promover o desenvolvimento, justifica a barbárie como pré-requisito da civilização, uma vez que a violência e a privação da cultura do não-europeu são pautadas no suposto “direito civilizatório” do europeu. Essa interpretação, que se identifica como neutra e objetiva, relativiza a defesa colonialista e o racismo (SANTOS et al, 2020).

Santos et al (2020) evidencia o equívoco de Furtado (2007) ao confundir dois fatores diferentes da produção: o capital fixo e o trabalho. Segundo Furtado (2007), a chegada dos africanos escravizados foi fruto da expansão da empresa agrícola já instalada, e da incompatibilidade entre a oferta de trabalho indígena e a escala de produção da economia colonial, contribuindo com aumento dos custos fixos de produção. Apesar das diferenças em relação a outras relações de exploração, como o investimento inicial de capital na compra do escravo e da possibilidade de usá-lo como capital, inclusive como empréstimo, isso não transforma o escravo em capital fixo. A brutal tentativa de desumanização não foi capaz de transformar o negro escravizado em coisa, nem mesmo para a sociedade escravocrata que, para garantir sua segurança em relação aos crimes praticados pelos escravizados, teve que assumir em seu sistema legal a humanidade do escravizado na perspectiva criminal. A realidade material, ao contrário da racionalidade eurocêntrica que se forma no processo de colonização, não nega a humanidade do negro escravizado.

Nesse sentido, dotado de humanidade, o escravo não atua como capital fixo, e sim como o elemento subjetivo necessário para a produção de riqueza por via do trabalho. A teoria marxista aponta o trabalho como elemento ontológico do homem, produtor das coisas que satisfazem as necessidades humanas. Na sociedade de classes esse trabalho é o responsável por produzir as riquezas que se acumulam nas mãos de alguns poucos, por ainda ser trabalho, só é possível pela ação humana, seja ela forçada pela coerção extra econômica ou não. (SANTOS et al, 2020, p. 7)

Furtado (2007) trata da eliminação do trabalho escravo a partir da metade do século XIX como uma questão semelhante a uma reforma agrária, uma distribuição de propriedade, e não como a liberação de mão de obra escravizada e sua transformação em força de trabalho enquanto mercadoria. Os ex-escravizados, sem posse de qualquer meio de

produção, possuíam apenas sua força de trabalho, assim como os imigrantes europeus, com a diferença de não poderem se incluir sem ruídos no sistema de classes em razão de sua cor (SANTOS et al, 2020).

Furtado (2007) verifica uma limitação na mobilidade da massa de escravizados recém-libertos, que não tiveram grande mudança material em suas vidas. Com o aumento da demanda por mão de obra na região cafeeira, quando se intensifica a onda imigratória europeia, o autor defende serem evidentes as vantagens do trabalhador europeu em comparação com o ex-escravizado, uma vez que as oportunidades de trabalho da região ao pagar salários relativamente elevados, acabavam por desestimular o trabalho do negro formado dentro de um sistema social que o desaparelhava para responder aos estímulos econômicos.

[...] seu rudimentar desenvolvimento mental limita extremamente suas "necessidades". Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio o bem inalcançável, a elevação de seu salário acima de suas necessidades - que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo - determina de imediato uma forte preferência pelo ócio. (FURTADO, 2007, p. 203-204)

SANTOS et al (2020) aponta, a partir de Moura (1988), a transferência para o negro, através da formação de um ideário que liga o negro ao ócio, as causas que determinaram a sua marginalização, além de reforçar a hierarquização racial ao questionar o desenvolvimento mental do ex-escravizado negro:

Furtado [...] constrói uma imagem do ex-escravizado na lavoura cafeeira a partir de um mito com correspondência às noções de hierarquia racial e civilizacional gestada no ideário branco-burguês. Evidências sobre o processo de transição para o assalariamento contradizem as colocações de Furtado sobre os ex-escravizados, quais sejam: 1) o ex-escravizado se satisfazia com o suficiente para a subsistência; 2) o ex-escravizado decidia a oferta de trabalho baseado numa ponderação entre renda e ócio. [...] como seria possível verificar a preferência pelo ócio dos ex-escravizados? Ou, ainda, como estimar uma curva de preferência para o negro liberto? Essas colocações, como exposto por Furtado, seriam explicadas por um suposto desenvolvimento rudimentar mental do ex-escravizado e/ou por um trauma gerado na escravização. Entretanto, evidencia-se que o assalariamento era um modelo que visava poupar custos de trabalho para até abaixo da subsistência, pois o capitalista deixaria de ter entre seus custos o tempo morto de trabalho. (SANTOS et al, 2020, p. 16)

No sentido exposto por Ianni (2002), SANTOS et al (2020) analisa que esses tipos e mitos presentes no pensamento brasileiro figuram, também, na obra de Furtado, sob a marca da hierarquização racial: o mito, que também se estendia à concepção sobre o trabalhador nacional, do ex-escravizado compor uma categoria preguiçosa e instável, o que justificaria a

opção pelos imigrantes europeus na lavoura cafeeira. Para SANTOS et al (2020), o cenário resultante da abolição da escravidão em 1888, uma mistura de assalariamento e servidão, não permite pensar na possibilidade de um ex-escravizado conseguir suprir as necessidades para a reprodução do trabalho decidindo quantas horas trabalhar. Além de ter sido preterido na transição para o assalariamento, essa mudança buscava a superexploração, impondo uma vida abaixo das necessidades para a reprodução do trabalho. Além de não haver indicativos de que o ex-escravizado tinha oportunidades de receber acima do nível de subsistência, a percepção de inconstância da oferta de trabalho era, na realidade, inconstância da própria demanda de mão de obra que seguia a sazonalidade agrícola instável, incerta e sem qualquer linearidade.

A complexidade das relações sociais de produção é simplificada ao se tomar por verdade o mito proposto por Furtado. Tal simplificação é acompanhada por uma manutenção do poder e das ideias da classe dominante, perpetuando a noção de que as desigualdades raciais derivam de uma mazela auto infligida pelos próprios ex-escravizados (SANTOS et al, 2020).

Portanto, ainda que se preocupe com as tensões culturais e políticas entre as classes sociais, Furtado contribui com a construção de uma imagem do ex-escravizado na lavoura cafeeira a partir do mito de que o ex-escravizado decidia a oferta de trabalho baseado numa ponderação entre renda e ócio. Sem a possibilidade de verificar-se a preferência pelo ócio dos ex-escravizados ou de estimar uma curva de preferência para o negro liberto, evidencia-se que o trade-off entre renda e ócio proposto por Furtado é, na realidade, impossível. O autor ignora que a determinação da quantidade de trabalho advinha do ciclo produtivo da lavoura, e não da decisão de oferta de trabalho de quaisquer trabalhadores do setor agrícola. Nem tanto se poderia decidir a quantidade de tempo trabalhado, tampouco fazê-lo até atingir a subsistência (SANTOS et al, 2020). Além de simplificar a complexidade das relações sociais de produção, Furtado emprega em sua análise uma teoria econômica europeia que pouco contribui com o entendimento das questões de classe e raça, tão particulares na formação econômica do Brasil

3 A CONTRIBUIÇÃO DE CLÓVIS MOURA

Lembro-me, por exemplo, de minha tendência a seguir os autores consagrados pela Universidade e pela mídia. Contra essa tendência, Clóvis insistia que o essencial é o conhecimento da luta de classes, não a história dos regimes políticos, dos governos, não a história da elite. O essencial, ensinava, é a história do povo brasileiro, que ainda não está feita. (RUY, 1995, p. 51)

Rebeliões da Senzala, publicada originalmente em 1959, foi uma obra pioneira na tentativa sistemática de apresentar a luta do negro escravizado no Brasil. Esse esforço de compreensão teórica das lutas do povo brasileiro derivou da compreensão de que a história do povo se confunde com a história do trabalho. Para Clóvis Moura, essa história, no Brasil, é indissociável da escravidão e da luta dos escravizados contra aquele estatuto. A história dos negros, indígenas e mestiços no Brasil, oprimidos antes pela colonização e pela escravidão e, em seguida, pelo capitalismo e pelo imperialismo, é a história do povo brasileiro (apud RUY, 1995, p. 51).

Clóvis Moura parte do entendimento de que a interpretação da história do Brasil a partir das relações de produção e das lutas populares avança muito pouco. A historiografia brasileira tende a orbitar ao redor de três grandes matrizes, as obras de Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Sérgio Buarque de Hollanda, recorrentemente negando a luta dos escravos, amenizando o regime escravista e encarando o negro como inferior. Moura se incomoda com a necessidade de uma nova vertente historiográfica que discuta a participação do povo na história do Brasil. Como o povo brasileiro criou a história trabalhando e lutando para se libertar dos tipos cada vez mais abusivos de trabalho, como se organizou e como se compôs (MOURA, 1995).

Temos essa História geral da civilização brasileira [...] Os primeiros volumes são *A época colonial e Brasil monárquico*. Ora, você começa pela superestrutura... Por que não colocar “Brasil escravista”, que seria como dizer que as relações de produção determinam tudo o mais. Mas não querem entrar na infra-estrutura. Por isso, *Brasil monárquico* [...] Assim vamos discutir como a monarquia se comportava em relação à escravidão, mas não como os escravos se comportavam em relação à escravidão. É uma história de cabeça pra baixo. (MOURA, 1995, p. 54)

À medida em que Clóvis Moura se propõe a entender a história do Brasil através da luta de classes, sua obra toma um caminho oposto às perspectivas mais tradicionais de

formação nacional que omitem a formação de um sistema de dominação mundial, balizado nas relações de produção. Ao mesmo tempo, contribui para a denúncia e busca romper com a colonialidade do saber e as convicções de caráter eurocêntrico perpetuadas na produção acadêmica.

Na obra *O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura*, o historiador Luiz Sávio de Almeida destaca a contribuição do trabalho de Clóvis Moura como uma das maiores contribuições sistemáticas sobre o negro brasileiro, situando-se na fronteira entre história, sociologia e política, e apresenta *Rebeliões da Senzala*, obra em que Clóvis Moura propõe-se a reconhecer que o processo de escravidão não se deu com abstenção do enfrentamento, como livro chave em termos de historiografia, chamando atenção para o papel referencial de Moura como pioneiro na interpretação marxista sobre os negros no Brasil. Octavio Ianni evidencia a originalidade da obra de Clóvis Moura, que se “distingue” de outros autores através de uma interpretação sobre o Brasil a partir dos grupos menos favorecidos socialmente (SOUZA, 2013):

“O que distingue a obra de Clóvis Moura é que ele compreende toda uma original e fundamental interpretação do Brasil, na qual predomina a perspectiva dos setores sociais subalternos, das classes populares, dos humilhados e ofendidos; povoando a história do Brasil. Mais do que outras interpretações do Brasil, a de Clóvis Moura está enraizada na longa gesta do escravo e ex-escravo, espelhando a grande maioria dos que trabalham no eito, na mineração, engenho e usina, fazenda e fábrica, campos e construções”. (IANNI, 2003, p.16)

Para Marcio Farias (2014), é bastante óbvia a centralidade da temática racial para Moura como elemento chave da contradição entre capital e trabalho no Brasil. Ao se voltar para as classes populares, sobretudo a população negra, propõe que esse segmento é possivelmente a parcela potencialmente mais revolucionária no país, pois está diante das duas contradições mais elementares da modernidade brasileira: classe e raça.

É importante, nesse momento, apontar a indissociabilidade das questões racial e de classe com a questão de gênero. Embora não contemplada no presente trabalho por uma questão de escopo, é fundamental lembrar a enorme importância das contribuições trazidas por autoras como Lélia Gonzalez — negra, intelectual e ativista pioneira nas discussões sobre relação entre gênero e raça, e responsável por propor uma visão afro-latino-americana do feminismo — e Heleieth Saffioti — considerada um cânone do pensamento feminista no país, tendo influenciado várias gerações de pesquisadoras e de mulheres militantes.

3.1 RACISMO COMO MÉTODO

Para compreender o racismo como justificativa da colonização, ainda que sem perder de vista seus elementos políticos, sociais e econômicos, é preciso discutir com maior ênfase sua dimensão ideológica. Segundo Clóvis Moura (1994), o racismo se desenvolveu como um multiplicador ideológico, se internalizando como base do sistema de exploração das classes dominantes sobre as camadas trabalhadoras negras e mestiças, particularmente em nações que fizeram parte do sistema colonial. Recuperando a abertura do *Manifesto Comunista*, a história de todas as sociedades é a história das lutas de classe. Opressores e oprimidos se contrapõem em uma luta ininterrupta que termina sempre com a transformação revolucionária da sociedade inteira ou com o declínio conjunto das classes em conflito. No Brasil, o racismo permanece no centro da dominação de classe desde o início da colonização, a partir da implantação do escravismo no país, atravessando toda nossa história e se colocando como elemento fundamental para a manutenção de privilégios de classe.

O racismo como método, portanto, deriva de uma linha ideológica colonial não marcada pela violência direta, mas pelo colonialismo do poder pautado na noção de raça para dominação, através da imposição de um modelo europeu em que a minoria branca, detentora do poder político, excluiu os povos colonizados da construção desta sociedade. Isso explica, por exemplo, a dificuldade ou quase impossibilidade de formação de um Estado-nação homogêneo na América Latina (QUIJANO, 2005, p. 124-125).

O racismo como método, portanto, deriva de uma linha ideológica colonial não marcada pela violência direta, mas pelo colonialismo do poder pautado na noção de raça para dominação, através da imposição de um modelo europeu em que a minoria branca, detentora do poder político, excluiu os povos colonizados da construção desta sociedade. Hoje, ainda que as conclusões científicas condenem o racismo e o pressuposto de superioridade de um grupo étnico sobre outro, o conteúdo de dominação do racismo, não apenas étnico, mas ideológico e político, garante sua permanência como tendência de pensamento (MOURA, 1994, p. 28). Essa permanência norteia o entendimento de que há uma forma de racismo especificamente capitalista, que se reinventa e se readéqua às necessidades da reprodução do capitalismo. Um método que existe ideologicamente como expressão de um ideário fundamentado na base material do modo de produção.

As justificativas para a dominação sobre os indígenas, antes do capitalismo, eram fundadas em crenças sobrenaturais. A urgência por uma justificativa mais concreta para o

sistema de dominação levou os conceitos da seleção natural e sobrevivência do mais apto a dominar todos os campos do pensamento europeu com velocidade sem precedentes. Essas teorias foram rapidamente adaptadas para o contexto colonial, agora com a conclusão “científica” de que, se os brancos obtiveram mais êxito que outras raças, tinham de ser superiores a elas, numa confluência do capitalismo com doutrinas biológicas que permitiu a interpretação do racismo como corrente “científica”, um dos galhos ideológicos do capitalismo, não por acaso nascido na Inglaterra e na França (MOURA, 1994, p. 29).

Como pilar do êxito colonial, o racismo permitiu o extermínio das populações das áreas ocupadas e justificou o tráfico negreiro, um dos fatores mais importantes da acumulação capitalista nos países europeus. Toda a população nativa dos países dominados ou compulsoriamente trazida da África era considerada uma massa sem história, cultura, moral e perspectiva civilizatória. Juntava-se ao seu suposto atraso biológico a sua semelhança e proximidade com os espécimes mais primitivos da raça humana para respaldar cientificamente o processo civilizatório. (MOURA, 1994, p. 30)

Fica evidente, portanto, que o racismo como ideologia se molda de acordo com as necessidades materiais de reprodução do colonialismo, ligado à conformação do capitalismo nascente na Europa. Williams (1994) reforça a capacidade de readequação ideológica do capitalismo: a riqueza da Europa se deveu à exploração do trabalho africano e o tráfico de escravos, protagonistas no fornecimento do capital que financiou a Revolução Industrial. Posteriormente, com o arrefecimento da economia açucareira no final do século XVIII, ficou claro que o trabalho escravo era ineficiente, não lucrativo e um atraso ao desenvolvimento econômico, e sua abolição encerraria entraves no progresso econômico ocidental.

Com o racismo cientificamente justificado, as nações dominantes continuaram a saquear as regiões dominadas de suas riquezas, culturas, crenças, costumes, línguas, religiões e toda sua estrutura. O modo de produção burguês modela o mundo à sua imagem, passando a ver os habitantes das áreas coloniais como indolentes e incapazes de criar poupança interna que os elevasse ao nível dos países brancos. Essa visão criticada por Moura, que deixa implícita a noção do racismo como componente do modo de produção de conhecimento, norteia, por exemplo, as interpretações acerca do curso da história do Brasil vistas anteriormente em Furtado e Prado Júnior. Todos os não-brancos eram vistos como povos pré-lógicos, em função de sua incapacidade de passar da economia natural para a monetária, e pré-políticos, reduzindo seus movimentos de libertação a movimentos etnocêntricos,

chauvinistas, xenófobos, nacionalistas ou messiânicos, ou seja, interpretavam a dinâmica social de forma elitista, justificando a repressão e negando as condições desses povos “inferiores” entrarem no sentido universal da história. Moura (1994, p. 31) vê tudo isso respaldado por uma intelectualidade tutora do conhecimento, do saber e assessora dos mentores metropolitanos, o que vai ao encontro de interpretações críticas ao eurocentrismo, como por exemplo a de Quijano:

Já em sua condição de centro do capitalismo mundial, a Europa não somente tinha o controle do mercado mundial, mas pôde impor seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta, incorporando-as ao “sistema-mundo” que assim se constituía, e a seu padrão específico de poder. Para tais regiões e populações, isso implicou um processo de re-identificação histórica, pois da Europa foram-lhes atribuídas novas identidades geoculturais. Desse modo, depois da América e da Europa, foram estabelecidas África, Ásia e eventualmente Oceania. Na produção dessas novas identidades, a colonialidade do novo padrão de poder foi, sem dúvida, uma das mais ativas determinações. Mas as formas e o nível de desenvolvimento político e cultural, mais especificamente intelectual, em cada caso, desempenharam também um papel de primeiro plano. Sem esses fatores, a categoria Oriente não teria sido elaborada como a única com a dignidade suficiente para ser o Outro, ainda que por definição inferior, de Ocidente, sem que alguma equivalente fosse criada para índios ou negros. Mas esta mesma omissão põe a nu que esses outros fatores atuaram também dentro do padrão racista de classificação social universal da população mundial. (QUIJANO, 2005, p. 121)

Ainda de acordo com Moura (1994), o racismo como ideologia do colonialismo penetrou profundamente o pensamento da elite intelectual colonizada na América Latina. Todo o arsenal “científico” europeu acerca da questão racial foi rapidamente absorvido e qualquer forma de pensamento mais progressista e não racista do problema era considerada uma heresia científica. Essa é uma evidência da colonialidade do saber denunciada por Aimé Césaire (1978 e 2011), que refletiu acerca do modelo hegemônico eurocêntrico das ciências sociais e a incessante busca por limitar as civilizações colonizadas. Citando como exemplo a supressão de movimentos e sua redução a forças obscurantistas, ou o não reconhecimento de línguas locais como oficiais, Césaire se preocupava com a debilidade dessas nações atingirem seu potencial em função da imposição de concepções do pensamento colonizador, como a “modernidade”. Essas convicções, de caráter eurocêntrico, dão permanência à uma suposta universalidade do pensamento europeu, cuja constituição histórica tem pouquíssima

contribuição dos povos colonizados. O trabalho de Césaire, como o de Moura, é uma forte lembrança da importância de uma abordagem decolonial na América Latina a partir da construção de novos paradigmas de pensamento.

Só com a derrota do nazismo o pensamento acerca do racismo no âmbito das ciências biológicas e sociais começou a se rearticular. Antes disso, congressos afro-brasileiros com a preocupação de debater o problema racial e seu dilema no Brasil começaram a ser realizados a partir de 1934. Descartavam a inferiorização do negro via fatores biológicos e ressaltavam a escravidão como causa do atraso. Contudo, a influência da antropossociologia eurocêntrica — que se estendeu ao resto do mundo como consequência da expansão imperialista — na historiografia brasileira deixou como herança interpretações que omitem da totalidade o movimento de formação de um sistema de dominação mundial baseado no racismo. Esse sistema permitiu a expansão das economias metropolitanas através da violência, espoliação e reificação dos colonizados, tratados como indivíduos inferiores e incapazes de promover o desenvolvimento (SANTOS et al, 2020). Para além dessa omissão, é comum, como verificado nos capítulos anteriores, que as obras cânones da historiografia nacional, como as de Prado Jr. e Furtado, repitam uma concepção estereotipada e subalternizada em relação às culturas não europeias que formaram o Brasil. Sem qualquer juízo moral ou intenção de realizar uma incursão exegetica na obra desses autores, essa abordagem destaca que o racismo se manifesta de diferentes formas como componente de um modo de produção do conhecimento.

3.2 REPÚBLICA DE PALMARES, QUILOMBAGEM E A HISTÓRIA DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

Para sedimentar a ideia de uma sociedade racialmente democrática, a história do passado colonial costuma diminuir, e até ignorar o papel das revoltas negras na luta contra a exploração e a opressão. O cânone da historiografia brasileira dá pouca importância às inúmeras revoltas negras e experiências quilombolas nos quatro séculos de escravidão no Brasil. Esta omissão sedimentou um imaginário coletivo de que o povo brasileiro é historicamente passivo.

A capitania de Pernambuco, núcleo econômico do regime escravista, abrigou o Quilombo dos Palmares que foi, segundo Clóvis Moura (1981), a maior resistência – social, militar, econômica e cultural – ao sistema escravista. Por isso, interessa aqui tratar das lutas

dos negros no período colonial, enfatizando a sua expressão mais pujante: a quilombagem em Palmares.

Era Palmares, como já foi acentuado por Nina Rodrigues e Édison Carneio, uma imitação dos muitos reinos existentes na África, onde o chefe é escolhido entre os mais capazes na guerra e de maior prestígio entre eles. Esse rei governou até o ano de 1678 quando, havendo negociado a paz com os brancos, perdeu o prestígio entre seus pares e foi assassinado, tendo sido substituído por Zumbi, que passou à História como líder incontestável e herói de Palmares. Além do rei, porém a República era dirigida por um Conselho composto dos principais chefes dos quilombos espalhados pela região. Esse Conselho que constituía, ao que parece, a mais importante instância deliberativa da República, reunia-se periodicamente, quando havia assunto de interesse justificado e importado – a paz ou a guerra etc. – e funcionava na capital de Palmares, sob a presidência do rei Ganga Zumba (MOURA, 1981, p. 186).

Para Moura (1989), a quilombagem expressou a contradição social fundamental da época: entre os escravos e senhores. Foi um fenômeno anterior ao movimento abolicionista e possuía um caráter mais radical, sem mediações entre a sua dinâmica e os interesses da classe senhorial. Somente a violência poderia consolidá-la ou destruí-la, numa luta constante entre escravos rebeldes e os seus senhores com seus aparelhos de repressão a essa rebeldia. Havia guerrilhas, saques e diferentes manifestações de luta dos negros no período colonial. Porém, de acordo com Moura, o quilombo era o “centro organizacional da quilombagem”: uma organização resultante das experiências de luta dos negros. Uma organização surgida da dinâmica de lutas dos negros escravizados que se mostrou, ao longo dos tempos e em diferentes regiões, um polo aglutinador das demais “formas de rebeldia” de seu tempo.

Nesse contexto, Palmares – o mais destacado dentre todos os quilombos – era uma forma de organização social e política: um “Estado negro”, um constante apelo à rebelião. O horizonte de luta, bem como a materialização da emancipação e um expoente de sua possibilidade. Mais do que isso, Palmares representava uma alternativa à sociedade de classes, ao modelo europeu de modernidade e civilização.

De acordo com Clóvis Moura (1981), o preço pago pelos quilombolas brasileiros, especialmente os de Palmares, por sua consolidação socioeconômica, pelo sucesso em cultivar a terra e organizar a produção para sustentar uma grande comunidade, foi a perda de sua flexibilidade militar, pois tiveram de desistir de táticas específicas (como, por exemplo, os ataques de surpresa), a fim de defenderem suas famílias, lares e meios de subsistência. Assim, ao mesmo tempo que um número cada vez maior de quilombolas tornava possível uma defesa

sólida contra-ataques frontais, procurava também evitar a ocorrência desses confrontos diretos.

Após anos de resistência, Palmares foi destruído em 1694. Tinha fim o maior quilombo construído no Brasil, o que não significou a diminuição da resistência à escravidão. Em *Rebeliões da Senzala*, Clóvis Moura (1981) conta a história do povo e do trabalho através da luta dos escravizados. Mas antes, cabe aqui explorar os conceitos de grupo específico e diferenciado trabalhado em outra obra do autor, *Sociologia do negro brasileiro*: em uma sociedade de classes, um grupo diferenciado se caracteriza como uma unidade organizacional que, por um ou diversos motivos, se diferencia de outros que, no plano da interação, compõem essa sociedade. Esse grupo se torna específico na medida em que ele próprio identifica essa diferença e cria mecanismos de defesa capazes de conservá-lo específico e, ao mesmo tempo, integrá-lo na sociedade. Em outras palavras, o grupo diferenciado é identificado de fora pra dentro, enquanto o grupo específico se identifica internamente, e a emergência de novos valores internos ao grupo o faz passar de diferenciado (para a sociedade global) para específico. A formação desses grupos numa sociedade nasce, fundamentalmente, do antagonismo entre as classes sociais e seus estratos. Alguns desses grupos se situam interiorizados cumulativamente por uma marca discriminatória e pela inferioridade socioeconômica que os diferencia, como é o caso do negro brasileiro. No processo de interação social, os grupos nessa situação são vistos como portadores de valores inferiores, num processo cumulativo de opressão, marginalização e discriminação (MOURA, 1988, p. 116-117).

O negro brasileiro somente se sente específico porque é diferenciado pelas classes e grupos sociais que se julgam brancos, o que o leva a organizar-se e elaborar uma subideologia capaz de manter a consciência e a coerção grupal. O papel contraditório dos grupos negros no Brasil é o de elaborar uma cultura de resistência que procura abrir suas possibilidades de participação no processo de interação global, já que para o negro, organizar-se significa ter ou tentar ter a possibilidade de penetrar, através dos seus valores, no mundo branco (MOURA, 1988, p. 120).

No Brasil, de acordo com Clóvis Moura (1988), os negros transformados em escravos buscaram se organizar desde o início da escravidão em grupos sociais específicos para sobreviverem e preservarem suas crenças, valores, traços e padrões culturais africanos. Esses grupos desempenharam papel organizacional, social e cultural muito maior do que comumente se presume. Nessa rede de grupos específicos com objetivos próprios, destacam-se os quilombolas, dominando grandes áreas territoriais ponderáveis e

demonstrando espírito de luta e uma capacidade organizacional considerável. Mesmo aqueles negros que decidiam por não fugir também se organizavam com objetivos, por vezes, simplesmente religiosos ou de lazer, como por exemplo os batuques que serviam de convergência e preservação de valores culturais e tribais.

Moura (1988) alerta que, a título de justificar a escravidão brasileira como “benigna”, é comum que se omita o alcance e até a existência desses grupos específicos negros de lazer, religiosos, sociais, econômicos, de resistência armada, musicais, culturais e inter cruzados que permearam todo o período de escravidão do negro brasileiro e em todos os estados, e se prolongaram após a Abolição de outras formas. Genericamente englobados como negros pelas classes dominantes, negros e mestiços pobres no Brasil continuam se organizando em grupos específicos para resistirem às forças de desintegração que atuam contra eles. Os métodos tradicionais de pesquisa do negro brasileiro, segundo Moura baseados em modelos esgotados e superados, são incapazes de constatar a existência do potencial dinâmico do negro e seu poder e capacidade de organização e agrupamento.

Em *Rebeliões da Senzala*, Moura (1981) descreve o surgimento da escravidão no Brasil a partir de dois fenômenos distintos, mas convergentes: a continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial a partir de um simples aglomerado de feitorias atomizadas que evoluíram para um sistema de estratificação social fechado semelhante ao feudalismo; e os interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil. A expansão mercantil portuguesa, através de seus mecanismos de dominação, ocupava a terra e subjugava os seus habitantes primitivos. Suas primeiras atividades no Brasil foram meramente extrativas, num sistema que demandava do índio o seu trabalho e nada lhe dava em troca, degradando-o social e culturalmente. Posteriormente, cristalizando o processo de degradação econômica, social e cultural, os Jesuítas subordinaram os índios a uma semisservidão disfarçada, contribuindo também para o abastardamento cultural do índio através da destruição de seus padrões de valores (MOURA, 1981, p. 23-24).

Com o aparecimento das Capitanias Hereditárias, houve uma tentativa de explorar a terra através do colono do reino, exportando-se para o Brasil os braços necessários para o trabalho enquanto, paralelamente, ocorriam violentas tentativas de escravização do índio, na sua maioria improdutivas. Os índios nativos demonstravam dificuldade de adaptação às atividades a que o predispunham, restando a eles o desempenho de trabalhos complementares e não qualificados. A agricultura e, posteriormente, a mineração exigiam um material humano mais adaptável e predisposto, do ponto de vista cultural, ao desempenho nas atividades

produtivas. Por esse motivo e por outros maiores, os colonos recorreram a uma força de trabalho muito mais cara: a africana (MOURA, 1981, p. 26-27).

O desenvolvimento dos primeiros núcleos de plantação de cana-de-açúcar trouxe ao colono a necessidade de aplicar de fato a escravidão, como solução doméstica (nos moldes em que já era aplicada em Portugal) e como solução para todo o regime de trabalho que nascia e se estratificaria na Colônia. Somada a essa necessidade, a transformação do tráfico negreiro de simples atividade de pirataria para uma atividade mercantil, com investimento considerável em veleiros, equipamentos, portos e contratações para o comércio de humanos. Os custos dessa transformação exigiram o fim das tentativas de escravização de índios (MOURA, 1981, p. 27).

O tráfico de escravos contribuiu enormemente para a acumulação capitalista. As principais nações europeias (Inglaterra, França e Holanda) se digladiavam pelo controle desse novo comércio, que fez ressurgir a escravidão na América depois de séculos de extinção da escravidão antiga, decorrente da decadência da sociedade gentílica antiga e diferente da escravidão moderna que surgiu como um elemento constitutivo inicial do capitalismo. A segunda escravidão surgiu quando os detentores do poder econômico passaram a aplicar seus excedentes numa empresa comercial que se expandia através do domínio da África, onde buscavam a mercadoria para a venda, e da exploração de outras áreas, como Brasil, Antilhas e outros países da América do Sul. A escravidão moderna surgiu no momento em que o escravizado não era mais um homem alienado dentro da sua própria estrutura local, mas se alienava por forças exteriores, um conjunto exógeno de circunstâncias. A escravidão era explorada pelas metrópoles sem que, nos seus sistemas de estratificação social locais se verificasse esse tipo de trabalho. Ao contrário, a existência da escravidão nas colônias proporcionou o desenvolvimento do capitalismo industrial nas metrópoles. Elemento aglutinador da sociedade capitalista, a escravidão foi, durante muito tempo, um dos seus elementos mais importantes (MOURA, 1981, p. 35-36).

Os traficantes alcançaram o domínio do mercado escravista brasileiro, amparados por uma literatura humanitarista protetora das populações indígenas. As grandes companhias navegadoras, das quais as empresas de traficantes de escravos são das mais importantes, passaram a formar, ao lado das grandes plantações nas colônias e do monopólio comercial, o tripé sobre o qual se apoiavam a economia e a política das metrópoles da época. Constituíam uma unidade contraditória que, para ser compreendida, exige a análise objetiva do estágio de desenvolvimento dessa fase da história. À medida que o entrelaçamento das economias nacionais criava a necessidade de um mercado universal e que alguns países Europeus

tomavam a liderança do comércio internacional, seu reflexo se fazia sentir na Colônia - ela própria uma consequência desse processo de expansão - através da procura cada vez maior de gêneros destinados a suprir um mercado que se ampliava enormemente. Nasceram novas necessidades globais de consumo que deram origem a uma interdependência entre as nações que exigia o estabelecimento de uma sociedade nos trópicos. Para isso, estabelecimento sistemático da escravidão se tornou uma solução lógica que veio subverter em suas bases o regime de trabalho até então dominante na sociedade brasileira, numa transformação que se processou em todas as faces da vida social: escalou em ritmo acelerado o aumento da população da Colônia e cindiu a sociedade em duas classes fundamentais e antagônicas, os senhores de escravos e a massa escravizada, despojada de bens materiais e que formava a maioria da população do Brasil Colônia, responsável pela produção de toda a riqueza social no país (MOURA, 1981, p. 28-30).

O domínio por parte de grandes grupos africanos de uma técnica agrícola adiantada em relação aos indígenas, além do conhecimento de fundição de metais, seu uso e outros hábitos trazidos da África, davam aos negros maior rentabilidade no trabalho em relação aos indígenas, que foram isolados do trabalho agrícola e aproveitados na expansão da pecuária. As sucessivas levas de africanos escravizados que entravam pelos diversos portos formavam o elemento fundamental da expansão econômica da Colônia, produzindo a renda global que era canalizada para fora, e o principal alicerce da expansão demográfica.

A gigantesca massa escravizada introduzida no país desmontou quase inteiramente o trabalho em diversas faixas da economia brasileira. O trabalho manual passou a ser considerado indigno, somente praticado por escravos. A economia brasileira assenta suas bases sobre a grande monocultura, na escravidão e no monopólio político e comercial da Metrópole. Portugal canaliza quase toda a renda produzida no Brasil, através de uma produção completamente desvinculada do mercado interno. O produto nacional existia como parte do mercado mundial e somente circulava fora das fronteiras brasileiras, exceto pelo setor de subsistência. O dinamismo econômico só existia em função das necessidades dos mercados europeus, e o valor de uso do produto brasileiro só se verificava externamente. (MOURA, 1981, p. 31-32).

Com a revolução burguesa na Inglaterra (1642-1653) e a consolidação do capitalismo industrial, a escravidão passa a ser um entrave ao desenvolvimento da economia inglesa, uma vez que a África era um mercado em potencial para as suas manufaturas. Após anos liderando o tráfico negreiro, os ingleses lançam-se em campanha para extinguir o tráfico negreiro e a escravidão, tomando atitudes aparentemente contraditórias (combatendo a

escravidão no Brasil e apoiando os Confederados na guerra civil norte-americana), mas que refletiam o objetivo de desenvolver suas indústrias e seu comércio. A partir de 1850, com a extinção do tráfico negreiro no Brasil, verifica-se um afluxo demográfico das províncias do norte em direção às lavouras cafeeiras ao sul. O latifúndio escravista do Nordeste e do Norte entrava em decadência face à ascensão do café. A extinção do tráfico culminou no estabelecimento de uma corrente migratória de colonos europeus contínua e estável no país, o que foi também uma etapa na marcha da Abolição, que tornou-se uma simples questão de tempo e oportunidade, numa nova etapa na luta sustentada pelos abolicionistas em várias frentes (MOURA, 1981, p. 36-41).

O movimento abolicionista sempre se dividiu, de modo geral, em duas alas: uma mais moderada, como a militância liderada por Joaquim Nabuco e, do outro lado, os mais radicais, como Silva Jardim, Luís Gama, Antônio Bento, Raul Pompéia, entre muitos outros. A primeira ala não reivindicava a organização dos escravizados, mas os prejuízos morais da escravidão, incorporando elementos legais na campanha, buscando uma simples modificação jurídica. Nabuco desejava, no processo das lutas pela abolição, excluir o escravizado, exatamente aquele que representava um dos polos da contradição fundamental da sociedade brasileira da época. A segunda ala abolicionista centrava seus esforços nos próprios negros escravizados, buscando organizá-los para que lutassem contra o cativo. Nessa ala, Luís Gama foi o mais notável líder: ex-escravo e porta-voz de centenas de escravizados que não se conformavam com a situação a que estavam submetidos. A opinião conservadora, representada pelos grandes fazendeiros do Nordeste e do café em São Paulo, reagia à ideia abolicionista e a qualquer tentativa de reforma com violentos ataques no Parlamento, onde formavam a maioria. Paralelamente, o incremento das atividades industriais nas décadas anteriores à Abolição formava uma pequena classe operária que se alinhava aos abolicionistas (MOURA, 1981, p. 42-46).

A decomposição da escravidão no Brasil se acelerava. Os escravizados, em sua maioria já conscientes de sua situação de explorados, passavam a desobedecer às ordens dos seus senhores. Se revoltavam e se opunham, reduzindo consideravelmente a rentabilidade do seu trabalho. A população tomava consciência das ideias abolicionistas e cada vez mais acolhia negros foragidos contra perseguições de senhores e autoridades, e as leis contra esses atos não eram aplicadas: juízes se recusavam a aplicar penas previstas e autoridades negavam-se a receber nas cadeias os fugitivos. Por fim, a burguesia nascente e os industriais ingleses que dominavam o mercado interno brasileiro tinham interesse em ampliar esse mercado para a absorção dos seus produtos. Portanto, entraves externos e internos levariam o

trabalho escravo ao impasse cuja solução foi, finalmente, a Abolição (MOURA, 1981, p. 46-47).

[...] frente ao problema da revolução que se aproximava, exprimiu-se um político brasileiro, exclamando: “Façamos a abolição antes que os escravos a façam...”. Era o medo da “vingança bárbara e selvagem”, de Nabuco, tomando forma jurídica: a Lei Áurea. (MOURA, 1981, p. 50).

No segundo capítulo de *Rebeliões da Senzala*, Clóvis Moura se propõe a destacar o papel de aliado e, muitas vezes, de protagonista do escravizado negro e do negro liberto nas lutas por liberdade, inclusive em movimentos políticos, o que vai diretamente de encontro com a inércia do negro na história da formação brasileira proposta pela historiografia clássica, particularmente por Caio Prado Júnior, que considerava o africano incapaz de transformar suas revoltas em ação política e compreender uma linguagem política moderna em decorrência de seu pensamento selvagem.

Moura descreve a participação dos escravizados nos movimentos políticos durante a Colônia e Império como decorrência lógica de sua situação: constituíam a força produtiva mais importante e, demograficamente, a parcela mais relevante da população por uma larga margem. Tinha contra si a alienação em que se encontravam, severamente restringidos politicamente dada a condição material em que viviam e a que estavam submetidos através da coerção social. Apenas os negros libertos gozavam de certos direitos políticos, embora sumariamente excluídos do direito de voto, e sequer considerados brasileiros. O Estado era um escudo sólido que mantinha o status quo protegido por um conjunto de leis reflexas do regime escravista (MOURA, 1981, p. 55-57).

A necessidade de enfrentar esse aparato jurídico que os prevenia o negro de acessar direitos básicos levou muitos elementos cativos a participar nas lutas, levantamentos e tentativas de sedição que diversas camadas sociais realizaram o organizaram durante o desenvolvimento histórico brasileiro. Sua participação, embora na maior parte das vezes se desse como aliado, muitas vezes ocorria como elemento destacado e até decisivo. Esses movimentos se aprofundavam à medida que setores de sua composição ganhavam relativo poder econômico e passavam a conformar uma nova burguesia que paulatinamente cristalizava interesses próprios e entrava em choque com a Metrópole e os setores latifundiários-escravistas, numa contradição que abrigava em seu bojo o negro escravizado (MOURA, 1981, p. 58).

Clóvis Moura (1981) cita diversos exemplos de participação de negros em levantamentos, como a revolta de Filipe dos Santos, em Minas Gerais, a Inconfidência Mineira, a Revolta dos alfaiates, na Bahia, e a Revolução pernambucana.

O papel do escravo como reserva social na Inconfidência Mineira e na revolta de Filipe Santos não foi suficientemente estudado e esclarecido. Contudo, no caso dos inconfidentes, os Autos de Devassa indicam que o movimento tinha, entre outros objetivos, o de acabar com o instituto da escravidão. Havia o receio de que, sendo o número de homens pretos do país muito superior aos homens brancos, toda revolução que testemunhassem poderia ser um gatilho para que se rebelassem. O Sargento Luís Vaz de Toledo propunha participação ativa dos escravizados na luta, pois “um negro com uma carta de alforria à testa se deixava a morrer”. Inconfidentes discutiam o movimento ao mesmo tempo em que escravizados se ligavam da cidade aos quilombo, com negros e mulatos em franca ebulição para um levante. Ameaçados pela iminência de uma grande revolta, senhores de escravos não permitiam sequer que pardos, mesmo “mestres do ofício”, “músicos” e “afazendados com escravaturas”, andassem com espadas às cintas (MOURA, 1981, p. 59).

Com significado muito mais profundo na organização dos insurgentes e no seu programa, a Revolta dos alfaiates na Bahia foi a mais avançada tentativa de emancipação pré-independência. Contudo, segundo Clóvis Moura (1981, p.60), a revolta é reduzida por diversos historiadores, a uma pequena reunião de conspiradores sem importância, em decorrência ao fato de ter sido um movimento de homens de poucas posses, na maioria com status social ligados à sua cor que buscavam modificar ou atenuar as condições que eram impostas pelo estatuto colonial. As ideias liberais da França entravam com facilidade na Bahia. Isso se dava em decorrência da crise crônica da agricultura atrasada da região, o que causou em um longo processo de efervescência política na Capitania. A circulação dessas ideias entre os mais letrados se transformou em uma arma ideológica utilizada pelos intelectuais para aglutinar as camadas mais pobres da população (MOURA, 1981, p. 61).

A situação se agravou progressivamente até a época da Revolta dos Alfaiates, quando membros da intelectualidade reuniam-se para propagar os livros e os êxitos da Revolução Francesa, reunindo elementos que desejavam lutar contra a dominação portuguesa, entre eles, um grande número de artesãos, soldados, alfaiates, sapateiros, ex-escravizados e escravizados. O núcleo intelectual acabou se dispersando à medida que os acontecimentos tomavam um caráter mais radical. Enquanto teorizavam sobre um possível papel libertador dos franceses, a ala mais popular do movimento se posicionava a favor da ação imediata contra o estatuto colonial, motivo pelo qual as camadas mais empobrecidas da população de

Salvador formaram a base social e consolidaram o movimento política e militarmente (MOURA, 1981, p. 62-63).

A componente popular dos inconfidentes baianos procurava estabelecer uma base teórica para o movimento a partir de livros, folhetos e apoio recebidos de oficiais franceses que ali aportavam. Com as primeiras delações e prisões, os intelectuais se afastam do movimento e sua direção passa a ser exercida pelos líderes saídos das camadas mais baixas e oprimidas: artesãos, ex-escravizados e escravizados, contra os quais o governo iniciou uma brutal repressão. Com a execução de seus líderes, foi sufocado, em relação ao conteúdo político, o mais profundo acontecimento que antecedeu a Independência, coerentemente incluindo a participação do escravizado com quem as camadas mais pobres dividiam interesses comuns (MOURA, 1981, p. 65-67).

O negro escravizado também participou da revolução pernambucana em 1817, ainda que de maneira menos destacada, contribuindo para a formação de uma República independente dos vínculos coloniais. Com composição social distinta e programa menos avançado, o Governo Provisório apressou-se em recuar a respeito da emancipação do negro, alegando considerar inviolável o direito à propriedade, buscando uma aliança com o latifúndio. As ideias liberais serviram, neste caso, para defender uma formação econômico-social que na Europa elas ajudaram a esfacelar. Ainda assim os escravizados participaram da luta, muitos sendo fuzilados na repressão contra o movimento. Sua participação na revolta se dividiu em uma parte imposta pelos senhores envolvidos na luta, e outra espontânea, se rebelando contra a situação em que se encontrava. A divisão era, na verdade, entre o escravo ideologicamente alienado, e o negro que nega sua condição de escravo, se inserindo como elemento de negação da ordem escravista (MOURA, 1981, p. 68-71).

Moura (1981, p. 71-72) cita ainda registros de negros cativos em Minas Gerais que organizaram-se para impor a nova Constituição liberal de Portugal, travando grandes combates com os habitantes do Paraibuna e os pretos do Arraial de Santa Bárbara, contrários ao movimento. O ideal constitucionalista avançava pelo interior do Brasil com os pretos, muitos deles escravizados, se convencendo de que eram iguais aos brancos. Chegaram quase ao fanatismo, atacando e matando negros que não aderiram ao movimento. Embora o levante contasse com cerca de quinze mil negros e escravizados da região de Ouro Preto, a confusão e contradição, aliados à própria dinâmica da sociedade escravista, facilitou sua dissolução sem maiores consequências.

O Brasil alcança sua independência política com os escravizados em plena efervescência, constituindo grande parte da substância social e militar dos movimentos que levaram ao desligamento da Metrópole. O escravizado era uma constante nas lutas pela independência, buscando obter concomitantemente a sua alforria. Proclamada a Independência, era preciso consolidá-la em uma batalha que representava a solução de todo o movimento político iniciado no período colonial. Mais uma vez os escravos tiveram papel ativo e, conseguido o objetivo, foram marginalizados após a vitória.

Mais uma vez, ao contrário do que é colocado nas principais obras de formação econômica do Brasil, todos esses exemplos trazidos por Moura são claras evidências de que o papel do negro, inclusive o escravizado, nas lutas pela sua emancipação e na constituição do Brasil nação não foi passivo. Ao contrário, muitas vezes o papel foi de protagonismo. Parte dos negros escravizados atuou durante as lutas armadas, parte aproveitou-se da confusão e fugiu para as matas, parte aderiu ao movimento libertador para conseguir sua alforria, parte lutou por simples obediência e outra parte ainda lutou ao lado das forças portuguesas. Quanto à adesão dos escravizados ao movimento em busca de sua alforria, os fatos e documentos revelam uma parcela relativamente grande, com papel militar destacado. Inclusive o episódio militar que consolidou definitivamente a independência política teve participação do escravizado, dando seu sangue ao abrir as trilhas da formação do Brasil como nação. Não obtendo a Abolição em 1822, os escravizados não perderam a esperança e continuaram se engajando em movimentos como a Revolução Farroupilha, em que o negro liberto pelas autoridades farroupilhas se transformou em soldado rapidamente, adaptando suas técnicas de combate africanas às lutas da campanha, participando como aliado livre.

Conforme estamos vendo, não foram lutas esporádicas - e o quadro que acabamos de apresentar está longe de ser completo quer na sua extensão, quer na sua profundidade - mas uma sequência decorrente da própria estrutura econômico-social da Colônia e do Império, o que vale dizer, decorrência da estratificação quase impermeável de uma sociedade escravista. (MOURA, 1981, p. 83)

Partindo do incômodo de que a participação do povo na história do Brasil precisava ser contada, Clóvis Moura retratou como o povo brasileiro criou sua história trabalhando e lutando para se libertar. À medida em que Clóvis Moura se propôs a entender a história do Brasil através da luta de classes, sua obra evidenciou diversas lutas do negro escravizado no Brasil, seja tomando o protagonismo ou auxiliando de formas diversas. O trabalho de Moura conta, finalmente, a história do povo e a história do trabalho no Brasil, indissociáveis da escravidão e da luta dos escravizados.

CONCLUSÃO

Caio Prado Júnior e Celso Furtado são, indiscutivelmente, dois dos maiores nomes da historiografia e da intelectualidade brasileira. Ambos enriqueceram, de maneira sem precedente, a análise e o debate sobre a formação econômica do Brasil. Foram responsáveis pelas primeiras grandes sínteses historiográficas da formação econômica nacional, em grande parte desvinculadas de influências e conceitos viesados a interpretações europeias.

Contudo, examinando tais obras sob uma perspectiva marxista de totalidade, fica claro, como evidenciado por Clóvis Moura, que a história do trabalho não foi devidamente contada. História essa que representa a história do povo brasileiro, indissociável da escravidão e da luta dos escravizados pela liberdade. Caio Prado e Furtado interpretam a colônia como um capítulo da expansão comercial europeia, desenvolvendo sua análise ao redor da relação metrópole colônia, numa perspectiva que omite a totalidade ao ignorar a luta do negro escravizado no Brasil — percebido pelos autores como inerte no desenvolvimento da história brasileira — e, portanto, a história das lutas de classe.

Formação do Brasil Contemporâneo sugere uma concepção estereotipada a respeito das culturas não ocidentais que formaram o Brasil. Mais do que isso, a obra apresenta o sentido da colonização como uma empreitada de formação de mercado para as nações europeias, ignorando a instituição de uma nova categoria de sub-humanos que justificava o saque e a extensão da exploração de classe em escala planetária. A inclusão inequívoca de uma hierarquia racial passa a empregar à luta de classes o racismo como elemento de dominação (SANTOS et al, 2020).

Formação Econômica do Brasil apresenta tipos e mitos, no sentido exposto por Ianni (2002), sob a forma da hierarquização racial: o mito, que também se estendia à concepção sobre o trabalhador nacional, do ex-escravizado compor uma categoria preguiçosa e instável, reduzindo a complexidade das relações sociais de produção à uma ponderação individual entre renda e ócio (SANTOS et al, 2020).

Dessa forma, buscando elementos que parecem ter escapado às análises de Caio Prado e Furtado, encontramos em Clóvis Moura uma interpretação da história do Brasil a partir das relações de produção e das lutas populares. Examinando a história do Brasil através da luta de classes, sua obra toma um caminho oposto às perspectivas mais tradicionais de formação nacional que omitem a formação de um sistema de dominação mundial, balizado nas relações de produção. Como evidenciado por Octavio Ianni (2003), Clóvis Moura se “distingue” de outros autores através de uma interpretação sobre o Brasil a partir dos grupos

menos favorecidos socialmente, contando, finalmente, a história nacional a partir da história do trabalho.

Em *Rebeliões da Senzala*, além de enriquecer a historiografia brasileira com diversos registros da incessante luta do negro escravizado no Brasil, Clóvis Moura oferece contrapontos importantes ao cânone, como por exemplo em relação ao papel passivo atribuído ao negro na história por Caio Prado e Furtado, bem como a suposta rudimentariedade intelectual do povo africano. O autor apresenta ainda a complexa estrutura política, social e econômica de Palmares como uma alternativa concreta à sociedade colonial. Uma república fora dos marcos da sociedade de classes, que Caio Prado via como única forma de modernidade.

Através da obra de Clóvis Moura, entendemos que é a partir do movimento de dominação e exploração colonial que se constroem as particularidades do capitalismo dependente, herdeiro direto do escravismo colonial e da luta de classes entre senhores e escravizados. A novidade histórica da escravidão no colonialismo é a criação de um qualificador universal, que se tornou uma das mais eficazes armas de dominação: a raça. Utilizada como ideia para justificar os espólios e a violência, materialmente manifesta na organização produtiva das colônias (SANTOS, DARIDO, 2021).

Moura, como intérprete do Brasil, abordou nossa formação histórico-social através da resistência escrava, da luta e da questão racial como elementos fundamentais na compreensão da gênese e da dinâmica do capitalismo brasileiro. O autor observou a realidade como síntese de múltiplas determinações históricas. Seu legado, ao inserir a questão racial na luta de classes, possibilita a compreensão da pertinência do pensamento marxista nos estudos sobre o escravismo, e contribui para a efetivação do marxismo enquanto ciência que busca compreender a realidade em sua totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura**. Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL, 2003.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

CÉSAIRE, Aimé. **Cultura e colonização**. IN: SANCHES, Manuela Ribeiro. Malhas que os impérios tecem: textos anticoloniais, contextos pós-coloniais. Lisboa: Edições 70, 2011.

CÉSAIRE, Aimé; ANDRADE, Mário de. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Sá da Costa, 1978. 69p. (Cadernos livres, 15).

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 2. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 2001. 143 p., il. (Primeiros passos, 13). ISBN 9788511010138 (broch.).

COLETIVO CLÓVIS MOURA. **Texto para discussão N°1**, 2019. Disponível em: <<https://coletivoclovismour.wixsite.com/colcm/post/texto-para-discuss%C3%A3o-n%C2%BA-1>>. Acesso em: 27 de out. de 2020.

FARIAS, Márcio. **Classe e raça no pensamento de Clóvis Moura**. Anais do Seminário FESPSP, 2014.

FARIAS, Márcio. **Clóvis Moura e o Brasil**. São Paulo: Editora Dandara, 2019.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, Octavio. **A Dialética Escravo e Senhor**. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (org.). **O Negro no Brasil: estudos em homenagem a Clóvis Moura**. Maceió-AL: Editora da Universidade Federal de Alagoas - EDUFAL, 2003.

IANNI, Octávio. **Tipos e mitos do pensamento brasileiro**. Sociologias, Porto Alegre, n. 7, p. 176-187, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S151745222002000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jul. 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MELLO, João Manuel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antonio. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. 2. ed. São Paulo, SP: Editora UNESP: Campinas: FACAMP, 2009. 111 p., il. ISBN 9788562819025 (enc.: FACAMP).

MELO, Alfredo Cesar B. de. **Raça e modernidade em Formação do Brasil contemporâneo, de Caio Prado Jr**. Rev. bras. Ci. Soc. vol.35 no.102, São Paulo. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092020000100504&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 de out. de 2020.

MORAES, Fábio Farias de; FILHO, Alcides Goularti. **Formação Econômica do Brasil e sua contribuição aos estudos de história econômica comparada**. Revista Catarinense de Economia (3), 2019. Disponível em:

<<https://www.apec.pro.br/rce/index.php/rce/article/view/73/51>>. Acesso em: 06 de out. de 2021.

RUY, José Carlos. **Clóvis Moura - A história do trabalho no Brasil ainda não foi escrita**. Revista *Princípios* (37), São Paulo: Editora Anita, 1995.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil Negro**. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, 2014.

MOURA, Clóvis. **História do Negro Brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MOURA, Clóvis. **O racismo como arma ideológica de dominação**. Revista *Princípios* (34), São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a revolução negra**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIJANO, Aníbal. **¡Que tal raza!** Quito: Ecuador debate no.48, 1999.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Perú: Perú Indígena, 1991.

SÁ, Vera Borges de. **A formação do Brasil contemporâneo por Caio Prado Júnior: contexto, epistemologia e hermenêutica de um clássico da historiografia brasileira**. Revista *Symposium* (2). Universidade Católica de Pernambuco, 1998; Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/3077/3077.PDF>>. Acesso em: 20 de out. de 2021.

SANTOS, Nathan B. **Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e a construção das relações raciais no Brasil**. Tese (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

SANTOS, N. B.; DARIDO, M. **Clóvis Moura e a materialidade da raça na luta de classes**. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2021.

SANTOS, N. B.; DARIDO, M.; COELHO, S.C.F.; BASTOS, V. A. **O mito branco do desenvolvimento econômico: o trabalho escravo em Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado**. X Encontro de pós-graduação em História Econômica [e] 8ª Conferência

Internacional de História Econômica, Osasco - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) & Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), 2020.

SANTOS, N. B.; DARIDO, M.; COELHO, S.C.F. **O Negro na obra “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Júnior**. X Encontro de pós-graduação em História Econômica [e] 8ª Conferência Internacional de História Econômica, Osasco - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios (EPPEN) & Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), 2020.

SOUZA, Gustavo Orsolon de. **“Rebeliões da senzala”: diálogos, memória e legado de um intelectual brasileiro**. Tese (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

WILLIAMS, R. (2005). **Base e superestrutura na teoria cultural marxista**. *Revista USP*, (66), 209-224. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i66p209-224>>. Acesso em: 06 de nov. de 2020.